

IV ENCONTROS INTERNACIONAIS ECOSSOCIALISTAS

**ALERTA
VERMELHO!**

ALERTA VERDE! 

**Dar forma à
transformação
ecossocialista**

23-24-25 NOVEMBRO

**ESCOLA SECUNDÁRIA CAMÕES
PRAÇA JOSÉ FONTANA**

**SOBERANIA ALIMENTAR • JUSTIÇA CLIMÁTICA
ECOFEMINISMO • A FALÁCIA DO CAPITALISMO VERDE
O TRABALHO NA ERA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

ENTRADA GRATUITA!

INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES EM ALTERECOSOC.ORG



Relatório Final

Introdução

Durante os IV Encontros Internacionais Ecosocialistas, utilizamos vários métodos de documentação dos painéis.

Antes dos encontros, [publicámos](#) descrições dos painéis com pequenas biografias d@s oradorxs em três línguas (português, inglês, espanhol), para ajudar aos participantes fazerem as suas escolhas entre várias sessões paralelas.

Logo no início dos encontros, entrevistámos @s oradorxs sobre as suas intervenções e preparamos [vídeos curtos](#) que servem como *trailer* do painel.

Durante os painéis, gravamos o som das intervenções para preparar [um podcast dos encontros](#).

Ao mesmo tempo, @s relatorxs tomaram notas e escreveram pequenos resumos dos painéis. Este relatório é uma compilação destes relatos.

A documentação completa por painel pode ser acedida [aqui](#).

Dezenas de pessoas voluntariaram para produzir uma documentação diversificada, sucinta e acessível dos encontros. Seria difícil listar todos estes ativistas. Os nossos agradecimentos a toda gente envolvida neste processo coletivo.

Em nome do grupo editorial

Sinan Eden

23 de novembro (sexta-feira)

21h00	Sessão de Abertura					
24 de novembro (Sábado)						
10h00	Agricultura, auto-suficiência e lutas camponesas	Trabalho e Clima: Histórias de sucesso na convergência política	Capitalismo, colonialismo e androcentrismo		Espaço do Futuro (Espaço Criança)	
12h00	Almoço					
14h00	Debater os sistemas alimentares	Empregos para o Clima no Mundo	Artivismo: Criatividade estratégica para mudança ecossocial	Nas linhas da frente da justiça climática		
16h00		Development-as-usual? Desafios no Sul Global	Ecofeminismos, conhecimentos e ação política	O resgate dos combustíveis fósseis		
18h00	Agroecologia: prática e política	Militarização do Clima e do Ambiente		Transição e Soberania Energética		
20h00	Jantar					

25 de novembro (Domingo)

10h00	Abordagens Indígenas e Ocidentais para a Regeneração de Ecossistemas, Sociedade e Ser Humano	Ecossocialismo, que alternativas?	Arte e Intervenção Ecofeminista	Espaço do Futuro (Espaço Criança)
12h00	Almoço			
14h00	A armadilha do gás: dos EUA à UE	Onde é que nos trouxe o capitalismo verde?	Experiências ecossocialistas no mundo: um debate crítico	
16h00	Sessão de Encerramento			

Eixo 1	Economia Política da Comida e Soberania Alimentar
Eixo 2	Desmantelando a falácia do Capitalismo Verde
Eixo 3	O Trabalho na Era das Alterações Climáticas
Eixo 4	Justiça Climática e Democracia Energética
Eixo 5	Ecofeminismos

Intervenção de abertura

- João Camargo

Caras amigas e amigos, companheiras, camaradas, curiosos e ansiosas, desesperados e otimistas:

Bem-vindas.

Obrigado a toda a gente que se deslocou de outros países, de outras regiões, de outros continentes para participar nesta IV Edição dos Encontros Internacionais Ecosocialistas.

Que grande percurso fizemos para chegar até aqui, desde aceitar o desafio que nos foi feito em Bilbao, em 2016, até ao dia de hoje, juntámos pessoas e organizações, pensámos politicamente, pensámos logisticamente, discutimos e debatemos muitas e muitas horas para chegar ao evento que começa aqui. Procurámos olhar para o nosso mundo em mudança vertiginosa e procurar eixos de debate, eixos de intervenção, e depois as pessoas adequadas para virem pensar connosco, partilhar connosco as suas experiências, a sua inteligência, as suas reflexões. E o drama que é ter que pôr pessoas tão conhecedoras e tão hábeis em tantas áreas divididas em caixinhas. Ter que convidar uma pessoa para falar num painel, quando podia falar em cinco, em dez painéis. Estes são os bons dramas, porque tantos e tantas aceitaram o nosso convite: temos mais de 60 oradores, de 20 países e 5 continentes. Que além de virem discutir connosco o presente e o futuro, são também para nós referências e pontes para o tanto que temos que fazer durante as próximas décadas. Obrigado a

todas pela vossa presença, especialmente a quem veio de mais longe: da Bolívia, da Guatemala, dos Estados Unidos, da Nigéria, da Colômbia, das Filipinas, do Brasil, da África do Sul.

Obrigado às dezenas e dezenas de pessoas que permitiram que estes encontros acontecessem, voluntárias e voluntários, à Escola Secundária de Camões, ao Bla e pessoas que farão a tradução simultânea, às organizações nacionais e internacionais que apoiaram os encontros.

Alerta Vermelho! Alerta Verde! A degradação social e política em que hoje vivemos, com fascistas e autoritários a surgirem em cada região, responde diretamente ao colapso económico de 2008 e à resposta capitalista ao mesmo.

Assistimos a uma transferência massiva de capital e riqueza para compensar as perdas que as elites económicas e financeiras tiveram com o colapso bancário. Nuvens de fumo de um novo *crash* já se veem no horizonte. A inteligência coletiva que constitui o pensamento capitalista é uma inteligência de omissões, de esquecimentos, de exclusões. Esquecer pessoas, esquecer povos, esquecer História, esquecer conhecimentos, esquecer o ambiente e o local onde vivemos.

Para poder produzir massivamente, incessantemente e crescentemente, concentrando coisas e poder, é preciso excluir as realidades que chocam diretamente com este modo de produção: a primeira exclusão necessária é a da distribuição. Esta é a base dos conflitos entre Capital e Trabalho.

A segunda exclusão necessária para manter o sistema de produção é a exclusão do ambiente. É a base de conflitos que

se manifestam de maneiras diversas: a perda da saúde das populações afetadas pela degradação ambiental, especialmente as mais pobres e vulneráveis, a perda de territórios, de solos e de usos possíveis de recursos, a perda irreversível de valores não quantificados à luz da valorização capitalista: a perda da biodiversidade, da abundância, da complexidade e da estabilidade de longo-prazo.

Mas a ideia de que estas exclusões trouxeram estabilidade faz parte de uma caixa da hegemonia capitalista: esta exclusão só simula estabilidade. Sabemo-lo porque a História dos últimos 200 anos está carregada de revoluções, revoltas e reformas contra a exclusão da distribuição dentro do sistema capitalista. Mas a flexibilidade do discurso leva a que os maiores defensores do capitalismo digam que é devido ao capitalismo que se alcançaram a democracia, os estados sociais, os serviços públicos, a “distribuição”. É um sinal da força do anticapitalismo, do socialismo, que o sistema capitalista se veja forçado a assumir as suas derrotas como conquistas, como “aperfeiçoamento” do sistema. A história do conflito Capital-Trabalho produziu democracias, ideias como social-democracia, socialismo e comunismo, estados sociais, saúde pública, educação pública, transportes públicos, serviços públicos. É um conflito sempre latente, que avança e recua, como avançam e recuam as democracias, os serviços públicos, os estados, as ideias. Em alturas de tensão, de escassez, de confronto e de contradição, a facilidade do recurso ao contrário de tudo isto revela o capitalismo no estado “puro”: suspensão, reversão ou abolição da distribuição e da democracia. Austeridade, autoritarismo, fascismo.

O conflito entre Capital e Trabalho produziu durante os últimos dois séculos ferramentas de emancipação e democracia que antes não existiam, e precisamos de fazer avançar a um ritmo muito mais elevado as ferramentas resultantes do conflito entre Capital e Ambiente. Por isso estamos a discutir ecossocialismo.

A resposta que o capitalismo tem para o agudizar dos conflitos entre Capital e Trabalho, entre Capital e Ambiente, é Donald Trump. É Vladimir Putin, é Jair Bolsonaro, é Rodrigo Duterte, é Viktor Órban, é Matteo Salvini, é Tayyip Erdogan. Perante a necessidade de redistribuição massiva de conhecimento, riqueza, direitos e estabilidade, o sistema capitalista só tem para oferecer violência, chauvinismo, machismo, ignorância e exclusão.

A última vez que a temperatura média global esteve próxima das últimas décadas foi há 125 mil anos. Havia hipopótamos no Tamisa e no Reno. O centro da Europa parecia a savana africana, com hienas, leões, leopardos, elefantes e rinocerontes. Haveria, talvez, 1 a 2 milhões de seres humanos. Caçadores recoletores, sempre em movimento, fugindo dos predadores, do calor, do frio, à procura de abrigo. Os 10 anos mais quentes registados foram 2016, 2015, 2017, 2014, 2010, 2013, 2005, 2009, 1998 e 2012. Apesar de termos 300 mil anos, só nos últimos 12 mil foi possível a agricultura e com ela a concentração das populações e com isso a escrita, a planificação, a cultura, a civilização. Isto coincide com um súbita estabilização do clima perto dos 14°C, o Holoceno. O capitalismo industrial fez, durante os últimos 200 anos, a concentração de dióxido de carbono e de metano dispararem para valores sem paralelo nos últimos 800 mil anos. O

capitalismo construiu um novo clima, diferente daquilo que a Humanidade alguma vez experimentou no seu tempo de vida. Mas não fez só isto, claro. Na sua vertigem imparável, colocou todas as espécies da terra sob ameaça de extinção, incluindo o próprio ser humano. Degradou massas de água, oceanos, poluiu atmosferas e solos.

O registo das experiências do socialismo real não é, infelizmente, brilhante neste aspeto. Não é possível olhar acriticamente para a História. Fazemos essa crítica. E fá-la-emos também para países e territórios que se reivindicam do ecossocialismo. Já não há tempo para dissonância entre discursos e práticas. A urgência ambiental, e particularmente a urgência climática dá-nos um tempo curto para atingir o sucesso. E o sucesso hoje mede-se pelo resgate da habitabilidade do planeta. Apesar da profunda alteração ocorrida nas últimas décadas, o capitalismo global não abranda. As emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar. Mais, a geopolítica hoje assenta no resgate da indústria dos combustíveis fósseis, sangue do capitalismo global. E é por isso que petroestados inauguraram também um novo tipo de intervenção externa, apoiando o conservadorismo e as lideranças pró-fósseis. A natureza agressiva e competitiva do capitalismo impede acordos entre os estados para garantir transições que não sejam colapsos económicos. Isto ocorre entre estados, mas também dentro dos estados, com a competição entre sectores, entre fábricas e entre pessoas travar efetivamente a transição energética, dos transportes, da agricultura, das florestas, das cidades.

Quando o único objetivo é o lucro, o objetivo de viabilizar as

civilizações humanas fica sempre para último. Esta é a faceta da barbárie, o acelerador do colapso ambiental: para garantir que o lucro continua inabalável no comando, no mais grave momento da história da civilização humana, sobem ao poder sociopatas, e negacionistas da crise climática, ignorantes convictos, “homens fortes” para impedir o que é preciso fazer.

Estamos à defesa. A resistir. E temos resistido bem. Por todo o mundo, movimentos levantam-se contra projetos destruidores, contra novas explorações fósseis. Olhamos e sentimos orgulho, empatia, camaradagem, pelas populações que se levantaram em Standing Rock, no Dakota do Norte, contra a construção de mais um monstruoso oleoduto. Pelos movimentos que na Alemanha organizam o Ende Gelaende e juntam milhares para invadir e parar as obsoletas minas de carvão. Pela resistência na Nigéria aos crimes da Shell, da ENI. Pelos movimentos que em Itália lutam para travar o gasoduto transadriático, ou que em França travaram o aeroporto de Notre Dame des Landes. Em Portugal, a luta contra petróleo e gás avançou muito: dos 15 contratos que existiam em 2015, nem um furo foi feito até hoje e as petrolíferas anunciaram a desistência das concessões no mar do Alentejo. Só dois dos 15 contratos se mantêm verdadeiramente em vigor. Na Batalha e em Pombal anunciam a intenção de furar em 2019. Serão parados.

Nas últimas semanas o movimento Extinction Rebellion começou uma campanha de desobediência civil em massa, que bloqueou vários pontos de Londres e levou à detenção de centenas de pessoas. Mais e mais veremos novas propostas de radicalizar a luta política, perante a radicalidade do tempo em que vivemos. Temos de ter mais e mais força política e

programa. Porque precisamos passar da defesa, da resistência, ao contra-ataque. Não precisamos apenas travar os novos projetos fósseis e fontes de emissões de gases com efeito de estufa, precisamos relançar um projeto radical, social, popular, de alternativa ao capitalismo.

Um plano para a sociedade, tendo como base não ilusões de crescimento económico infinito e da sociedade do consumo, mas sim a satisfação das necessidades das populações, a distribuição de bens e serviços como objetivo da economia, o conhecimento como ferramenta para as comunidades, a dignidade. Um comércio nacional e internacional voltado para a justiça na distribuição, para as características dos territórios e para a proximidade. Produção alimentar de qualidade, justa para quem produz e para quem consome. Milhões de empregos, empregos para o clima, não só para criar empregos e cortar emissões, mas para criar outro mundo. Dar forma à transformação ecossocialista. Esse é um plano para ganhar, um plano de ataque: perante uma política de ódio e de mentiras absolutas, de perversão de tudo o que permita o bem-viver, a igualdade, a continuidade, o futuro, precisamos de uma política de esperança. Perante um novo clima, que já é diferente de todos aqueles em que vivemos até hoje, preparar populações e territórios, do Norte ao Sul Global, para as novas dificuldades, mas travando já a corrida para o precipício. Revolucionar as relações entre mulheres e homens, atirando o patriarcado e as dominações coloniais, chauvinistas, machistas e homofóbicas para o caixote do lixo da História, onde tem de ir fazer companhia ao capitalismo.

O ecossocialismo é um dos mais fortes horizontes de futuro

que temos. Se quisermos chamar-lhe outra coisa, ok, porque a ideia não é um fim, como as organizações não são fins, são ferramentas. O poder também não é um fim, é uma ferramenta. O fim de tudo isto, ideias, energia, ideologia, organizações, poder, é algo a que as pessoas aspiram há muito: emancipação, igualdade, liberdade, futuro. É isso que disputaremos nas próximas décadas, que futuro teremos enquanto espécie. E nós, nós somos a alternativa à barbárie.

Bem-vindas e bem-vindos aos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas!

Vídeo em direto da Sessão da Abertura, com a atuação do Coro da Achada e intervenções de LaDonna Bravebull de Standing Rock, Nnimmo Bassey das lutas antipetrolíferas na Nigéria, Daniel Angelim do Brasil, Elizabeth Peredo da Bolívia, Iñaki Barcena e Juan Tortosa das edições anteriores dos encontros ecosocialistas, e João Camargo e Lanka Horstink da organização dos IV Encontros em Lisboa, [aqui](#).

Eixo 1

Economia Política da Comida e Soberania Alimentar

Este eixo será tratado em três painéis diferentes, focando questões diversas dentro da política da comida e da agricultura. Cada painel dura duas horas e terá quatro convidados/as das diversas vivências dentro da política da comida e a soberania alimentar: praticantes /produtores, ativistas, investigadores, e políticos/burocratas. Os convidados/as terão 15 minutos para apresentar o seu pensamento/proposta/prática, deixando assim amplo tempo (cerca de 50% da sessão) para comentários e discussão com as pessoas que participam na sessão.

Agricultura, auto-suficiência e lutas camponesas

Debatendo os sistemas alimentares

Agroecologia: Prática e Política

Agricultura, auto-suficiência e lutas camponesas

Oradorxs:

- Paul Nicholson (Ehne Bizkaia)
- Giovanna Micarelli (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)
- Victoria Medina (ACTUAR – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento)

Moderadora: Aurora Santos

Relatorxs: Aurora Santos, Cecília Fonseca, Lanka Horstink, Lúcia Fernandes, Sérgio Pedro

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/agricultura-auto-suficiencia-e-lutas-camponesas/>

Paul Nicholson

[Alguns dados globais](#) que nos situam: 35% da população é camponesa e 70% d@s campesin@s são mulheres; 70% dos alimentos são produzidos por pequenos camponeses e camponesas, em quintas/explorações menores de 2 hectares; a agricultura camponesa agroecológica ocupa muito pouco território, enquanto que a agricultura industrial ocupa a maior parte dele (70%), produzindo apenas 25% dos alimentos; a

agricultura industrial é um dos responsáveis pelo aquecimento global e alterações climáticas, para além de gerar fome e desigualdade social; por sua vez, a agricultura camponesa alimenta o mundo e “arrefece” o planeta.

A crise no mundo rural é multidimensional: económica, política, social, ambiental, cultural, e também alimentar (calcula-se que 2.000 milhões de pessoas sofram de desnutrição ou má nutrição). A migração é uma consequência da crise no mundo rural; 80% da migração provém de facto do mundo rural, correspondendo à expulsão de pequen@s campesin@s das suas terras; o êxodo rural e os processos de desertificação dos territórios rurais (em vários lugares do mundo), são consequências diretas das políticas neoliberais, onde o capital financeiro e as corporações estão a aprofundar a sua ofensiva para monopolizar a alimentação e concentrar a terra e os bens comuns.

Algumas causas desta crise:

- 1) tratados de livre comércio: quando a alimentação deixa de ser um direito e passa a ser um recurso a ser comercializado;
- 2) políticas de privatização dos bens comuns e concentração da terra;
- 3) imposição de modelos de consumo e de produção neoliberais: produção agro-química, orientada para a exportação, que expulsa @s camponesxs dos seus territórios, que destrói o meio ambiente e impõe modelos de consumo globalizados, numa perda total de autonomia em toda a cadeia agroalimentar.

Face a esta crise e políticas neoliberais, e desde as mobilizações no mundo rural nos últimos anos, surge *La Via Campesina*, um movimento internacional que aglutina diferentes organizações de base, envolvendo 200 milhões de pessoas. Principais conquistas: conseguir a identidade do campesinato como classe social (e sujeito político), e a proposta da soberania alimentar dos povos (soberania dos povos, não nacionalista), como o direito destes a poderem determinar o que comemos, como produzimos, que relação temos com @s campesin@s, etc. **O seu principal pilar é a agroecologia.**

Giovanna Micarelli

Trabalho de investigação coletiva em 4 regiões indígenas na Amazónia, na Colômbia, com o principal objetivo de procurar compreender a experiência das comunidades indígenas e afro-colombianas para promover a soberania alimentar, prestando especial atenção ao significado que adquirem os bens comuns nestas lutas (***La Via Campesina reconheceu recentemente que a protecção dos bens comuns está no coração das lutas pela soberania alimentar***). Este trabalho teve como foco a análise dos bens comuns alimentares como a água, as sementes e as paisagens biodiversas, que estão a ser privatizados/despojados/extraídos pelas políticas neoliberais na Colômbia (assim como em muitos lugares no mundo). A abordagem do trabalho procurava responder a certas limitações na análise dos comuns, que não parecem ter em conta que as normas refletem particulares cosmovisões, marcos conceptuais construídos pelas comunidades para dar sentido e atuar no

mundo, e construções através de práticas de inter-relação, relatos, valores, sentimentos, etc.; pretendia-se desentranhar estes marcos culturais, onto-epistemológicos, perguntando-nos pelo significado dos bens comuns noutras construções sócio-culturais. Isto implica estar dispost@s a questionar as dicotomias entre natureza e sociedade, objeto e sujeito, corpo e mente, estabelecidas pelo pensamento moderno ocidental; dicotomias que estruturam tanto a compreensão dos bens comuns como a definição dos direitos humanos.

Diferentes exemplos de práticas culturais de cada uma das comunidades mostram-nos como **a alimentação é parte da construção de uma identidade social e cultural**. As dinâmicas sociais de produção de alimentos são uma forma das comunidades se relacionarem com o mundo, que está também associado a elementos de paisagens. Os seres humanos têm que negociar com os donos dos recursos [natureza] e devolver depois à natureza, pelo que os atos de produção, preparação e intercâmbio de alimentos estabelecem relações sociais, também com seres não humanos.

Nestas ontologias, soberania significa partilhar responsabilidade (e não controle) para manter este entramado com vida. Prestar atenção a estes mundos relacionais permite ampliar as possibilidades de uma transformação contra-hegemónica no campo do direito à alimentação. Frente ao modelo de segurança alimentar, evidentemente inadequado para garantir o direito à alimentação para tod@s, a soberania alimentar oferece um maior alcance para envolver estes pontos de vista alternativos na discussão sobre o direito à alimentação, mas só se se permitir ampliar tanto o significado de alimento

como o de soberania.

Victoria Medina

Conceptualização do direito humano à alimentação como uma questão de acesso à alimentação. **Papel central da mulher para a realização do direito humano à alimentação e consequentemente para a soberania alimentar, sendo transversal em todo o sistema alimentar, desde a produção até ao consumo.** Desde a perspectiva produtiva, mais de 50% da produção de alimentos provenientes da agricultura familiar, a nível mundial, provém das mãos de mulheres: são elas que cultivam, lavram e realizam a colheita dos alimentos, algo frequentemente invisibilizado. No âmbito da CPLP, esse valor pode chegar a 90% em alguns países, onde as as mulheres são as principais produtoras.

Desde a perspectiva do consumo, a mulher rural, e também urbana, tem um papel fundamental para a produção e reprodução dos meios de vida, tarefas geralmente associadas às mulheres por uma discriminação de género socialmente construída.

Apesar das mulheres rurais serem as maiores responsáveis por alimentar o mundo, são as mais vulneráveis à pobreza e à insegurança alimentar. As mulheres estão sujeitas a diversas discriminações de género e opressões geradas por um sistema de mercado capitalista e uma sociedade patriarcal, que originam relações de poder desiguais e hierárquicas, e são obstáculos gigantes à realização dos direitos das mulheres rurais (também urbanas; é possível ser mulher rural e urbana,

assim como produtora e consumidora; necessária fazer essa integração na análise). Não têm pleno acesso a recursos económicos e produtivos - acesso à terra, à água, à terra, às sementes tradicionais, ao crédito, à saúde, à educação, à informação... além de sofrerem uma exclusão sistémica dos espaços de governança e tomadas de decisão. Só 2% das mulheres têm a propriedade da terra, a nível mundial!

O papel central da mulher rural e urbana, do cultivo até à mesa, é evidente. Por mais que sofram este paradigma estrutural, **as mulheres são também agentes de uma mudança de paradigma para superar as suas próprias opressões**. O empoderamento das mulheres rurais como agentes de desenvolvimento sócio-económico efetivo e sustentável é primordial para a realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, e para a soberania alimentar. Esse papel é frequentemente invisibilizado, não remunerado (ou, quando remunerado, mal remunerado), e isso é um impedimento à sua autonomia económica (e até de existência). O capitalismo não valoriza o que não é produzido a grande escala ou o que não gera lucro (a reprodução da vida não conta como lucro). Para uma efetiva transformação social é preciso pensar em agroecologia, em agricultura familiar, em realização dos direitos das mulheres rurais para alcançar a autonomia dos povos nos seus sistemas alimentares e nos seus territórios. **A revolução para um mundo mais justo e igualitário será feminista, anti-capitalista, anti-racista, anti-LGBTIfóbico, e o protagonismo também virá do Sul Global.**

A Rede das Margaridas da CPLP nasceu institucionalmente em 2017, num processo de luta desde desde 2012, a partir da

Sociedade Civil, através do MSC (Mecanismo da Sociedade Civil) no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP, e também com a Plataforma dos Camponeses da CPLP. Foi reconhecida na Declaração de Brasília como um espaço político para fortalecer e dar visibilidade à luta das mulheres rurais e consensualizar as demandas para incluir os direitos das mesmas no centro da agenda comunitária. Perseguir portanto a igualdade económica social e política das mulheres, indo contra as discriminações socialmente construídas, para garantir a inclusão das mulheres nos espaços de governança e processos de tomada de decisão.

Contamos com vários instrumentos internacionais, como a agenda 2030 das Nações Unidas, a recente *Declaração para os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais*, e até marcos legais a nível nacional; mas apesar de existirem estes instrumentos, as mulheres rurais veem os seus direitos serem insistentemente violados. A vontade política é quase nula. **“As mulheres continuam a ser o sul de todos os nortes, e o sul do próprio sul”**.

Debatendo os sistemas alimentares

Oradorxs:

- Eber Quiñonez Hernandez (Ecosol/CES, FEUC)
- Carmo Bica (Presidente da Cooperativa 3 Serras)
- Rita Serra (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

Moderador: Sérgio Pedro

Relatorxs: Aurora Santos, Cecília Fonseca, Lanka Horstink, Lúcia Fernandes, Sérgio Pedro

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/debater-os-sistemas-alimentares/>

As transformações impostas pelo capitalismo nos sistemas agro-alimentares ignoram e acabam por exterminar inúmeros micro-sistemas agro-alimentares ao nível dos territórios. Práticas, obstáculos e a resiliência e imaginação das pessoas e das comunidades para resistir.

Este debate teve como objetivo visibilizar várias perspetivas sobre os sistemas alimentares contemporâneos, nomeadamente as suas limitações, fatores condicionantes, particularidades geográficas e alternativas de índole prática e legislativa.

Rita Serra

Rita Serra expôs o conceito de “florestas zombies”, florestas uniformes e dependentes, tutoradas por práticas agroflorestais intensivas e insustentáveis; florestas que estão aprisionadas num ciclo vicioso, e no actual estado de coisas não podem escapar. O zombie é um escravo, morto vivo, nem na morte consegue libertação, condenado a andar nesta terra sem atingir paraíso, procurando libertar-se. Estas florestas estão sitas em terras que, devido ao alto índice de monocultura florestal, tornam inviável qualquer estratégia de sucessão florestal natural.

A oradora colocou em questão o entendimento negativo acerca do eucalipto, referindo que localmente as populações plantam eucaliptos para obter madeira para aquecimento, uma prática que é depois exponenciada pelo plantio intensivo de eucalipto para a indústria papeleira, com impactos nefastos consideráveis. Todavia, a oradora aponta que, mesmo nas florestas zombies, surgem frutos silvestres, que são pouco considerados nos sistemas alimentares contemporâneos.

Face a este panorama, poderão os baldios ser a solução às florestas zombies?

Os baldios estão, na sua maioria, capturados por interesses privados, nomeadamente interesses de empresas mineiras e de celulose, factor que torna difícil uma mudança de paradigma no sector florestal. Essas empresas olham apenas para os recursos e beneficiam da erosão das comunidades locais, da falta de organização frente a estes poderes.

O futuro passará pela promoção de florestas sustentáveis

com espécies autóctones. Espalhar sementes, bolotas, etc., é uma maneira de activismo, mas **sem reforma do ordenamento do território não há mudança.**

Éber Quinoez

Seguiu-se a intervenção de Éber Quinoez que, na sua alocução, analisou a relação entre produtores e consumidores, perspetivando em maior detalhe o panorama dos circuitos curtos agroalimentares (CCAs).

De acordo com o orador, **o diálogo entre urbano-rural é possível nos CCAs**, sendo que os consumidores devem colocar a questão de qual o seu papel nos CCAs.

Referiu ainda o perigo da possibilidade de cooptação de conceitos, como é o caso de CCA ou agricultura biológica.

Para os atores dos sistemas alimentares obviarem esta situação devem dedicar energias e recursos ao fortalecimento de um movimento de controlo sobre os *inputs* agrícolas, tendo em vista contrapor os investimentos financeiros de risco com impactos cada vez menos mesurados e mais arriscados. Ademais, este movimento deverá ter em linha de conta a **tendência de redução de biodiversidade dos padrões alimentares, levando à redução da biodiversidade da flora e fauna.**

Outro elemento que deverá ser considerado por todos os atores dos sistemas alimentares é o desperdício alimentar, nomeadamente o desperdício alimentar das cadeias de distribuição, que não é considerado.

No tocante à cooptação de conceitos, o orador referiu que **a cooptação do conceito de agricultura biológica vem no sentido de uma lógica de mercado capitalista que ignora a lógica do comércio justo que está subjacente aos princípios fundacionais da agricultura biológica.**

Para reconectar a agricultura biológica ao comércio justo é necessário repensar a alimentação a partir do território.

Carmo Bica

Abordando as políticas públicas dos sistemas alimentares, a oradora apontou a **necessidade de um ponto de viragem nas políticas públicas.** Um ponto de viragem que se torna ainda mais premente caso se considere que o valor equivalente a 10% do PIB de Portugal é alocado em despesas de saúde para tratamento de doenças resultantes de maus hábitos alimentares.

Um ponto de viragem é necessário também face à **sobreexploração dos recursos naturais.**

Esta mudança de paradigma deverá basear-se no Direito Humano à Alimentação Adequada, defendendo o ambiente e a biodiversidade.

Apesar de se verificarem níveis elevados de produtividade agrícola, não é por isso que estamos a conseguir combater desigualdades no acesso à comida e desigualdades sociais e insegurança alimentar. Há fome, há gente a comer demais e a comer mal.

Para que lado queremos caminhar? Continuar o caminho das desigualdades? Ou alterar este modelo capitalista em que

vivemos, que assenta em exploração exaustiva de recursos naturais, impacto ambiental nefasto e dos recursos humanos?

Para exemplificar, indicou a intenção de exploração de lítio em Covas do Barroso, sistema alimentar onde existe pequena agricultura, e onde estão previstas prospeções para 542 hectares e com impactos não considerados. Esta situação necessita de apoio e mobilização.

Ademais, **a ausência de controlo e responsabilização dos sistemas alimentares leva a que não saibamos o que comemos**. Se comemos OGM ou químicos até chegar ao nosso prato, ou não. Esta situação é também explicada pelo abandono do território, antes ocupado pela pequena e média agricultura familiar, que garantia a soberania alimentar, comércio justo, circuitos curtos, e 80% produção agrícola mundial.

Este abandono gera declínio, pois metade das explorações estão abandonadas, uma situação com origem numa política de agricultura comum injusta. Uma política [a PAC] que, estando neste momento a ser revista, deve ser debatida pel@s cidadãxs.

Devem ser colocadas questões tão importantes quanto: Que tipo de alimento quero comer? O que quero cultivar?

Os partidos políticos devem entrar neste debate. A agricultura é uma atividade económica diferente: ocupa território, produz alimento.

A oradora deu ainda nota da criação de uma **proposta de lei de bases do Direito Humano à Alimentação Adequada** que será debatida em breve na Assembleia da República.

Agroecologia: Prática e Política

Oradores:

- Avelino Rego (produtor de Vaca Maronesa)
- Jorge Gonçalves (Cooperativa Integral Minga)
- Nuno Belchior (Projeto 270)

Moderador: Cecília Fonseca (CIDAC)

Relatorxs: Aurora Santos, Cecília Fonseca, Lanka Horstink, Lúcia Fernandes, Sérgio Pedro

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/agroecologia-pratica-e-politica/>

No painel em que se tentou explorar e debater a economia política da comida e soberania alimentar abriu-se espaço para o vasto campo que é a **Agroecologia**.

A agroecologia é um mais um campo de disputa de sentidos e práticas, cooptado, como vêm por exemplo demonstrando Rosset e Altieri, não só pelas grandes corporações, pelo “bio”, como, no seu sentido político, pelas organizações intergovernamentais (FAO, etc.), e também pela academia centrada na dimensão agronómica da agroecologia.

Com fortes raízes na luta e cosmovisão social e política dxs camponeses e trabalhadorxs rurais, numa Europa onde,

aparentemente, estxs já não existem, a Agroecologia vai sendo mencionada como mais uma alternativa possível (depois ou em simultâneo com a agricultura biológica, permacultura, a agricultura sintrópica...) ao sistema agroalimentar industrial-capitalista.

Coexistem, deste modo, diferentes perspetivas do que “é” a Agroecologia e muitas práticas que, não se auto-intitulando agroecológicas, o poderiam ser.

A agroecologia, mais do que 'ser', poderá ter a ver com um complexo ciclo de interações (de matérias/materiais, de conhecimentos, de afetos) entre seres vivos e também não-vivos; com uma perspetiva holística e sistémica da vida (alimentação como centro e fluxo de economia, política, cultura, estética...); a base camponesa e das lutas dos territórios; a dimensão política, de organização da vida em coletivo, bem como a dimensão popular dos conhecimentos - estas duas dimensões geralmente apagadas da agroecologia.

O painel procurou, assim, testemunhos e respostas concretas de co-construção com a natureza, de conhecimentos múltiplos, presentes mas também pretéritos (ou interligando presente e passado, com futuro). Como se constroem? Como se mantêm? Que elementos são essenciais a uma prática (política) agroecológica?

Avelino Rego

O Avelino falou sobre o projeto **Terra Marronesa**, uma iniciativa de cidadania no norte de Portugal, nas Serras do

Alvão/Marão. O projeto pretende valorizar a raça autóctone Maronesa nas suas diferentes vertentes: histórico-cultural, social/económica, ambiental e turística.

Para Avelino, a qualidade de vida na serra é excelente e dá gosto levantar para trabalhar de manhã! Existe, no entanto, um forte preconceito sobre ser pastor, agricultor, viver da terra e do trabalho de todos os dias. Tanto a educação em casa, a dos pais e avós, quanto a sociedade em geral transmitem que este é um trabalho sujo e sem futuro.

A atividade de (ré)produção deste gado bovino, com os cuidados e o respeito que ele tem pelos animais, em modo extensivo e com baixa produtividade – para os standards da produção “industrial” - não garante uma vida economicamente estável. Para que prospere, é necessário agregar valor à produção: turismo e/ou valor dos produtos.

É também preciso atrair uma comunidade de jovens pastorxs e agricultorxs que tenham gosto pelo que fazem. A questão ambiental é relevante e produzir carne com menor impacto ambiental, tanto nas emissões de dióxido de carbono como no consumo de água, é uma preocupação. As vacas pastam ao ar livre e ajudam à fertilização da terra para a agricultura. A raça Maronesa é um animal de montanha, primitivo e rústico. O seu nome oficial responde à toponímia da Serra do Marão. A questão do sofrimento animal no matadouro é algo a equacionar no futuro. Embora o Avelino siga todo o percurso até ao matadouro, a partir daí não pode fazer mais.

Perante os questionamentos sobre o especismo e a violência animal, o posicionamento é que a relação entre animais não

humanos e humanos é inerente a qualquer ecossistema, a sobrevivência de uns depende da de outros e vice-versa.

Neste momento, o projeto está no início e a preocupação de fundo do Avelino é conseguir mantê-lo.

Jorge Gonçalves

Jorge contou-nos a experiência e a visão de uma cooperativa integral, a **Minga**, de Montemor-o-Novo, principalmente na sua componente agrícola.

“Minga” significa ajudada, decrescer e foi o nome proposto por uma pessoa que fez parte do grupo inicial da cooperativa.

Atualmente, a Minga tem quatro secções. A agricultura foi uma das primeiras componentes e constituiu até a razão de ser desta iniciativa. A ideia era diminuir os custos que @s agricultorxs suportam para poderem comercializar seus produtos (contabilidade, segurança social, etc.) e ganhar escala na distribuição. Os associados e associadas podem faturar a venda de produtos a clientes através da cooperativa, com acesso a contabilidade organizada. A Minga mantém uma loja de produtos locais em Montemor-o-Novo, bem como uma banca no mercado municipal e fornecem as cantinas escolares sob alçada do município.

O Jorge e as outras pessoas que fundaram a cooperativa não são de de Montemor, mas quem trabalha atualmente na loja é local, o que melhorou as vendas e as relações sociais.

O tema da autonomia alimentar não foi trazido pela Minga, já era discutido em Montemor-o-Novo, no âmbito de uma

parceria entre a Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo e a câmara municipal à volta da ideia do “km zero”.

Nos últimos tempos, a Minga investiu na RECAP, certificação agro-ecológica. Os agricultores e agricultoras que se registam na cooperativa têm o apoio de engenheiros agrónomos para esta certificação.

O mercado alimentar não é o mercado com maior potencial, mas sim o agro-florestal.

Desenvolveram uma marca de cosmética e de detergentes, mas infelizmente as matérias-primas vêm de fora. Procuram, porém, encontrar soluções locais, mudar a produção agro-florestal, procurar soluções para a valorização de produtos com maior valor, para que não seja necessário tanto investimento individual. Essas soluções são necessárias a partir da constatação que os lagares, a moagem, queijaria, meios de produção coletivos estão praticamente abandonados, porque as regras para a sua manutenção tornaram-se cada vez mais rígidas, embora para o Jorge estes não sejam obstáculos inultrapassáveis.

A grande questão é pensar nos territórios, na forma como se desenvolveram nos últimos 50 anos, a concentração urbana e a inexistência de redes de solidariedade, e como podemos alterar este estado das coisas.

Nuno Belchior

O **Nuno** centrou o seu testemunho nas formas de viabilização de projetos agroecológicos, através de apoios públicos. O Nuno

começou o **Projeto 270**, em Costa de Caparica, Almada, e transferiu-se, desde 2015, para o Pinhal Novo, no Seixal. O Projeto 270/Quinta do Bell é uma associação cultural e ambiental sem fins lucrativos, baseada na produção agrícola biológica e na permacultura. O Nuno contou como já passou por todas essas vertentes da agricultura. Para ele, a soberania alimentar e a agroecologia são centrais no projeto, fomentando a participação ativa da comunidade para a resolução dos problemas.

Ao longo dos anos tem procurado e experimentado diferentes parcerias, nomeadamente com câmaras municipais – para reutilização dos desperdícios florestais, por exemplo, para biomassa; na criação de uma sementeca na biblioteca municipal, etc. Estas parcerias têm sempre ficado aquém das suas expectativas e são muito instáveis, dependendo das pessoas que estão à frente dos serviços e das edilidades.

No que diz respeito a financiamentos, fez uma candidatura de jovem agricultor e de produção biológica no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural para iniciar o projeto. As avaliações e as respostas às candidaturas demoram muito e é exigido que o projeto seja concretizado em três anos. Um projeto de agricultura biológica, que respeite a terra e os seus ciclos não pode ser feito em três anos! Ao fim desse tempo, é quando finalmente a terra começa a dar algum rendimento e aí, o rendimento, em terras arrendadas, vai para @s proprietári@s e não para a pessoa que trabalhou a terra.

De um modo geral, vê grandes constrangimentos para @s agricultorxs acederem a estes financiamentos. **A agricultura é um parente pobre da economia, especialmente a**

agricultura não industrial. E isso é transmitido pelo poder político, nos seus diferentes níveis (ministério, municípios, etc.).

Eixo 2

Desmantelando a falácia do Capitalismo Verde

Neste eixo serão abordadas as promessas falhadas do capitalismo verde, as ameaças totalitárias e militaristas de uma gestão sem alternativas ao colapso ambiental e climática, assim como as alternativas de fundo que o ecossocialismo tem de desenhar enquanto ferramenta política e revolucionária para os povos do mundo.

Onde é que nos trouxe o Capitalismo Verde?

Militarização do Clima e do Ambiente

Ecossocialismo, que alternativas?

Onde é que nos trouxe o Capitalismo Verde?

Oradores:

- Manuel Garí Ramos (Fundação Viento Sur, Espanha)
- Samuel Martin-Sosa (Ecologistas en Acción, Espanha)
- Juanjo Alvarez

Moderador: Pedro Cardoso

Relator: Pedro Prata

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/onde-e-que-nos-trouxe-o-capitalismo-verde/>

Falsas soluções, novas áreas de negócios e rentabilidades garantidas: o capitalismo pinta-se de “verde” para prosseguir a sua marcha de lucro e acumulação à custa da degradação do ambiente.

Samuel Martin-Sosa

A economia verde é o velho sistema a tentar reinventar-se, apresentando-se como solução para os problemas que gera. A economia verde continua extrativista e antropocêntrica. Embora funcione com uma gigantesca esfera financeira, está

sustentada nos recursos naturais. A economia verde que quantifica o capital natural em valores financeiros reconhece as perdas constantes desse capital em ordens astronómicas. Há que desmistificar a premissa de que o que é comum não tem capacidade de se defender e conservar pois não tem valor de mercado, conforme a economia verde a conceptualiza. A economia capitalista não identifica a realidade de exclusão que provoca nas comunidades mais vulneráveis e que estão em grande medida mais próximas e respeitadoras dos ecossistemas.

A falácia vai tão longe como afirmar que se pode dissociar o crescimento económico da finitude dos recursos. Mas a economia tem limites, na eficiência dos processos e na finitude dos recursos, bem como até nas leis da física termodinâmica. A tecnologia não pode nunca resolver a finitude dos recursos. Há limites tecnológicos no seu desenvolvimento e encontramos limites sem solução. Qual é o pensamento e discurso do capital perante isto? Resume-se à crença que algo se vai inventar para solucionar os problemas. A crença na solução tecnológica para garantir o sistema capitalista. As alterações climáticas têm problemas de fundo sociológico e de relações de poder, mas até agora prevalece a narrativa do milagre tecnológico. **Esta ideia que a solução tecnológica permitirá o crescimento sem afectar os recursos leva à paralisia da responsabilidade. Isto ignora a dimensão política da tecnologia, quem controla, desenvolve e aplica a tecnologia, eliminando o sujeito e mistificando essa solução.** O resultado disto foi chegar a uma crença que as limitações não existem quando as vivemos sem solução.

Manuel Garí Ramos

Substantivo capitalismo e adjetivo verde? Este aparece antes da irrupção dos populistas mundiais. Temos que estar atentos a esta ligação. Será que há uma intenção de manter a mistificação do capitalismo? Quanto mais sucesso tem o capitalismo, também mais a crise se agudiza. Por isso **a escolha do verde é uma solução de recurso, desesperada**. E no fim é seguir com o negócio como sempre. Mercantilizar a natureza e deixar aos mercados a regulação. Isto perpetua a acumulação do capitalismo avançado a luta entre blocos no controlo de mercados.

1º mito: o que o capitalismo procura é tentar convencer que é a única maneira racional de gerir a natureza.

2º mito: desmaterialização da economia, cobrindo o dano com um manto aceitável enquanto se intensifica o uso de materiais naturais e o extrativismo, deixando para traz a sustentabilidade.

3º mito: o crescimento é infinito pois essa é a solução do problema e não a sua causa original. Invertendo a lógica da resolução das contradições do sistema capitalista. Esquecendo um problema fundamental da economia mundial, a deslocalização da produção e de resíduos, encobrendo as assimetrias geográficas.

4º mito: que os preços nos recursos modificam as atitudes com os mesmos. Não se comprovou com a fiscalidade ecológica, que não modificou comportamentos.

5º mito: o da solução tecnológica, já nem vale a pena voltar a repetir.

Há um fracasso real nos objetivos de carbono e poupança de recursos, que pode ser descrito pelo direito à destruição e poluição do capitalismo, no seu avanço em direção à sua versão verde.

Juanjo Alvarez

Apresento uma observação mais subjetiva dos problemas do capitalismo verde. Perguntando porque não se apresentam soluções perante o elefante na sala?

Os novos populistas também se levantam contra as soluções do capitalismo verde. Porque o atacam? Pretendem por essa via seguir com o negócio sem limites. Como as soluções não são rentáveis e são inúteis ao capital, então não serão adotadas.

Sabendo à partida que há mais de 40 anos esta já era uma urgência, porque socialmente são necessários mecanismos lentos de organização e mobilização que permita apresentar uma solução e implementá-la, porque não há uma mobilização social alternativa de massas? Estamos direcionados ao colapso. Há limitações de comportamento e percepção holística dos problemas que impedem a resposta com a urgência necessária, sem recorrer às posições políticas colapsistas, reconhecendo a própria incapacidade de modificar os comportamentos e mudando as sociedades prevenindo os conflitos. Perante isto, o capitalismo verde veio mobilizar objetivos a médio prazo, reforçando a dificuldade e salvaguardando para si os meios materiais e mecanismos de apresentar e mercantilizar as soluções. **Balizando a questão entre mudança de sistema vs. solução tecnológica vs. catástrofe ambiental, é a última que**

parece a mais provável. O capitalismo verde esconde a catástrofe com a fantasia da solução tecnológica. Este é um macro projeto ideológico de captura da imaginação. Assim, há que organizar para o conflito com o fracasso do capitalismo tradicional e verde, que ainda contêm o poder.

O capitalismo verde irá enfrentar as questões de território e da paisagem, que são caras aos ambientalistas e que permitem uma vantagem pois o projeto social está arruinado nesses territórios. Se não for recuperado pela esquerda, será usado pela direita. O mesmo será com a identidade e a comunidade: se isto não for entendido como uma formação de classes, então será aproveitada pela direita como a recusa do outro. **Temos que pensar os conflitos como lutas estratégicas, em tempos de conflito há que ter soluções estratégicas que permitam que esses sujeitos coletivos tenham representação reformadora, ou seja, revolucionária, para que no conflito não seja a solução fascista que tenha a capacidade de mobilizar estas comunidades.** Esta é a luta desde agora.

Militarização do Clima e do Ambiente

Oradorxs:

- Kolya Abramsky
- Juan Tortosa (Groupe écosocialiste de solidarité, Suíça)
- Javier Andaluz (Ecologistas em Acção, Espanha)
- Yolanda Picazo (Movimento Ibérico Antinuclear, Espanha)

Moderador: Hugo Mota (Climáximo, Portugal)

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/militarizacao-do-clima-e-do-ambiente/>

Com o agudizar das crises ambientais e climática, a pulsão para a militarização de quaisquer soluções é crescente: desde a intervenção das forças armadas para o controlo das populações até à utilização das crises ambientais como arma, os planos de “segurança climática” articulam exércitos, empresas e grupos políticos para um futuro autoritário em que a justiça social seja apagada. Em plano de fundo, o lobby nuclear sempre presente.

[resumo não disponível para este painel]

Ecosocialismo, Que Alternativas?

Oradorxs:

- Giacomo d'Alisa (Centro de Estudos Sociais, Portugal)
- Bea Martxueta (LAB, Espanha)
- Christine Poupin (NPA, França)
- José Luis Garcia (Instituto de Ciências Sociais, Portugal)

Moderador: João Camargo (Climáximo, Portugal)

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/ecossocialismo-que-alternativas/>

Onde nos pode levar o ecosocialismo? Que plano social, económico, político pode alimentar um futuro de justiça social e ambiental? Como criar uma revolução social e uma visão contra-hegemónica sobre crescimento, desenvolvimento e justiça social.

[resumo não disponível para este painel]

Eixo 3

O Trabalho Na Era Das Alterações Climáticas

Temos menos de uma década para lançar uma transição energética justa e rápida. Para o conseguirmos, é preciso que trabalhadores e organizações sindicais e laborais lutem ao mesmo tempo pela justiça social e climática. E isto requer um melhor diálogo e alianças mais fortes entre organizações de trabalhadores e grupos de justiça climática. No eixo “O Trabalho na Era das Alterações Climáticas”, iremos ouvir falar de exemplos concretos de alianças e estratégias de convergência entre sindicatos e grupos ambientalistas, assim como refletir sobre como alcançar uma transição justa no Sul Global, e que aspeto esta deverá tomar. Os oradores destes painéis incluem sindicalistas e ativistas de nove nacionalidades e cinco continentes.

Trabalho e Clima: histórias de sucesso de convergências políticas

Empregos para o clima no mundo

***Development-as-usual?* Desafios no sul global**

Trabalho e Clima: histórias de sucesso de convergências políticas

Oradorxs:

- Stefania Barca (Centro de Estudos Sociais, Portugal)
- Sam Mason (Sindicato dos Serviços Públicos e Comerciais, Reino Unido)
- Mikel Noval (Eusko Langileen Alkartasuna / Solidariedade dos Trabalhadores Bascos)
- Asbjørn Wahl (Investigador do Parkland Institute, Edmonton, Noruega)

Moderador: Pedro Miguel Sousa (Climáximo, Portugal)

Relatora: Ana Rita Antunes

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/05/trabalho-e-clima-historias-de-sucesso-de-convergencias-politicas/>

A primeira sessão da manhã de Sábado juntou quatro representantes que vieram trazer um valioso contributo, não somente pessoal, como também para esclarecer os ouvintes sobre as suas **dificuldades e vitórias na convergência política entre os trabalhadores e as exigências actuais do clima.**

Stefania Barca começou por identificar um metabolismo

social, em que um fluxo de energia e matéria que se perpetua num equilíbrio relacional entre o ambiente e a sociedade. Este fluxo encontra-se socialmente regulado (pondera questões de “o quê”, “como” produzir) e tudo está profundamente dependente da Política. O Trabalho é o mediador deste fluxo, na medida em que os trabalhadores manipulam, transformam e produzem este fluxo. **O Trabalho tem poder e um dos muitos exemplos disso é o sindicato trabalhista United Farm Workers que nos anos 60 teve um papel fundamental na aprovação de legislação contra o DDT, pois eram estes que tinham um claro entendimento sobre os seus riscos de utilização.** No entanto, há um conflito ideológico Marxista, no sentido em que a produção não pode parar. Esta ideologia de linha de produção, de parâmetros como PIB, que define uma lógica subjacente em que não se poderá ter bem-estar social se não houver crescimento económico. Um exemplo paradigmático disso aconteceu em 2012, no Earth Summit, em que grande parte das confederações assinou o relatório, tendo como tela de fundo o chamado Capitalismo Verde. A questão inevitável que a oradora nos remete foi que tipo de futuro nós queremos. E essa resposta depende simplesmente de quem nós somos. ***No fundo, quem é o sujeito desta revolução ecológica? Será, que o conflito de classes: capital versus o resto do mundo? A oradora aponta vários sectores da força laboral que sejam um ponto de começo para que o Trabalho consiga parar as alterações climáticas.*** Identifica os “blue collars” (industriais), todos os que trabalham sem salários, forças de produção fora da área industrial, pescadores, trabalhadores de saneamento público, produtores agrícolas, urbanos inclusive, mulheres, imigrantes como os principais

trabalhadores mais explorados. Estes trariam o contraste, um valor metabólico acrescido, através da agricultura sustentável por exemplo, que por sua vez, a sua prática contribuir para o arrefecimento.

Mikel Noval na sua perspectiva inclui uma mudança radical, que tem de ser social, feminista e socialista. **Reconhece uma crise sistémica entre o Capital e a Vida, por isso entende que através da união entre os sindicalistas das corporações e as organizações sociais devem ter como prioridade os direitos humanos, o equilíbrio ecológico.** Os acordos como o TTIP devem ser terminados, devemos exigir normas internacionais, tratados com e pelas pessoas, de forma a controlar o consumo internacional. Nesta vertente, **a mudança do consumo de bens e distribuição dos mesmos pode ter caminhos possíveis: um que tenha em vista o capital ou um que tenha em vista a sociedade.** Nas parcerias entre os sindicatos e os movimentos sociais aponta três exemplos representativos, em que realizaram greves e decidiram em conjunto, lutar contra a austeridade e encontrar soluções comuns, como no movimento contra o fracking, no movimento contra o comboio de alta velocidade e no movimento contra a incineração. No movimento contra o fracking, o processo foi aberto, na medida em que se escreveu uma carta aberta de direitos sociais, em que movimentos internacionais se juntaram. Nesta carta havia dois apelos, pela soberania alimentar e a aposta em energias renováveis. Já em relação ao comboio de alta velocidade, a luta conjunta não foi ainda capaz de parar a construção, mas foi capaz de trazer a lume a

discussão e assim, mudar a opinião pública. O movimento contra incineração do lixo público, além de ser uma má alternativa, afirma que privatização deste negócio trará muito lucro com o desperdício tóxico para as comunidades. Nesta ótica é necessária regulamentação do lixo (sindicatos bascos estão na linha da frente).

Sam Mason trouxe aos ouvintes uma luta icónica dos sindicatos que lutaram na causa da aviação desde 2008, especificamente o aeroporto de Heathrow, para que este não sofresse a expansão para uma terceira pista. Os trabalhadores que estão incluídos nos movimentos trabalham no aeroporto e apoiam a expansão na medida em que esta criará mais emprego. A dicotomia procura / crescimento económico como justificatória, tem o seu motor no interesse corporativista e não na procura real. **A campanha “No 3rd Runway”, tem um espectro abrangente muito diferente de apoiantes, em que não partilham dos mesmos interesses, porém faz parte da coligação global “Stay Grounded”, que começou em Viena pela mesma razão,** nas quais os ativistas que participam possuem uma agenda ecossocialista e reuniram treze passos para parar a expansão da aviação. Existem mais de 1200 planos de expansão de aeroportos pelo mundo, que irão impactar as comunidades no sul global, terras e a sua produção de subsistência. A oradora afirma veemente que voar é para os ricos. **Não podemos impedir que as pessoas voem, mas temos que procurar soluções de como integrar isto noutra sociedade, sem que haja GHG, como sistemas alternativos de transporte,** voltar a investir a apostar nos caminhos-de-

ferro como alternativa viável e eficiente, operando durante a noite e para locais onde não há outro meio de transporte. Remata que a aviação deveria ser posse do Estado. **Afiança que há muito que aprender da experiência dos anos 70, em que sindicatos com origem em *grassroots* (movimentos de base), ativistas ambientais e ativistas da paz planearam a resposta à crise militar climática, automação, retomando assim o controlo pelos trabalhadores.**

Asbjørn Wahl, por último, completou a sessão com uma vertente que se apoia na perspetiva basilar que existem várias formas de convergência política, pois o foco não é somente o tipo de políticas que se quer desenvolver, mas o método adjacente também se prende nesta convergência entre os trabalhadores e os ambientalistas. **Denota que a crise está longe de ser climática, é também económica, social, alimentar e política, que está fundamentalmente enraizada no sistema económico. Nesta perspetiva do acordo entre o método e as políticas entre os grupos sociais e os sindicatos, identifica muitas contradições internas nos sindicatos.** Dá alguns exemplos onde contradições existem, como no fim dos combustíveis fósseis, na indústria das energias renováveis e na indústria nuclear. Afirmo que as maiores contradições internas existem entre o sector privado e o sector público, bem como no sector dos transportes, em que no caso dos transportes público há um *consensus* notável, mas já na aviação há diferendos. **Resume a dois contraditórios existentes entre uma posição sindicalista estreita e uma posição socio-sindicalista abrangente, que influencia a forma como as pessoas**

entendem a noção de transição nos sindicatos e no geral. Pois é notório, que todas as organizações entendem que deverá haver uma transição, mas têm noções distintas deste conceito. Portanto, questiona como chegar a uma transição justa? Serão os sindicatos a decidir se será justa ou não. E por isso, vê como fundamental admitir que existe uma crise política, ideológica dentro dos movimentos sindicais, pois são eles que vão lutar e decidir pelas condições de trabalho das pessoas. Por fim, nota que **o consumismo está a ser usado pela sociedade capitalista para conseguir atingir os seus propósitos.** Daí que **menciona a necessidade de estimular a auto-estima desde a infância, bem como a democratização da economia para desenvolver modelos de energia e política.**

A sessão foi finalizada com algumas questões da audiência aos oradores: à oradora Sam foi perguntado qual a vantagem de trazer os trabalhadores do aeroporto para os sindicatos, que ela respondeu que tinha sido uma decisão de todos os sindicatos, apesar dos trabalhadores do aeroporto não estarem contentes com as decisões tomadas até agora pelos sindicatos. Estas decisões prendem –se por não defender novos cargos (que seriam fora dos sindicatos), que seriam precários, mal pagos e que iriam contribuir para as alterações climáticas. Por isso, o foco dos sindicatos é defender as condições de trabalho. À Stefania foi-lhe perguntado que, tendo em conta que a tecnologia estava a substituir os trabalhadores, de que forma esse fator iria alterar as relações entre os trabalhadores. **Relaciona que a digitalização do trabalho faz parte do movimento ecossocialista, que encontra a oportunidade da**

tecnologia para reduzir a carga de trabalho. Mas advoga a existência de um ponto-chave que a tecnologia deverá ser controlada pelo Estado e que não é para produzir mais com menos, porque não é preciso produzir mais.

Empregos para o Clima no mundo

Oradorxs:

- Andreas Ytterstad (Bridge to the Future, Noruega)
- Sean Sweeney (Sindicatos pela Democracia Energética, EUA)
- Ana Mourão (Climáximo, Portugal)

Moderador: Danilo Moreira (Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, Portugal)

Relatora: Andreia Ferreira

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/05/empregos-para-o-clima-no-mundo/>

Andreas Ytterstad referiu o livro de Naomi Klein, “[This Changes Everything](#)” e aponta **os movimentos sociais como o factor que poderá parar as alterações climáticas a tempo.**

Notou que o tema das Alterações Climáticas já consegue mobilizações surpreendentemente grandes, dando como exemplos as 10 mil pessoas presentes em marchas em Helsínquia, Greta Thunberg, de 15 anos em greve escolar durante a campanha eleitoral na Suécia, ou os jovens que fazem greves de 1 dia por semana na Austrália. As grandes duas surpresas como consequências do aquecimento global / alterações climáticas foram a quantidade e extensão de fogos

florestais (além das secas e inundações) e a mobilização das populações.

A campanha Empregos para o Clima (Climate Jobs) tem o potencial de mobilizar milhões de pessoas. Tem o movimento sindical na vanguarda e conta com aliados como o Sindicato Norueguês dos Trabalhadores Municipais e Gerais (300.000 membros), outras associações sindicais ou a igreja norueguesa (que representa 3.8 milhões de pessoas) e reivindicou, num *press release*, 100.000 empregos para o clima. **Isto significa que o clima está a entrar na agenda política e tem um potencial tão grande que já existem tentativas de apropriação do termo “empregos para o clima” (“climate jobs”) e adulteração para “empregos verdes” (“green jobs”).** Os primeiros são os empregos que precisamos de ter, para diminuir as emissões de gases de efeito de estufa, que precisamos de criar para uma transição energética justa e para substituir os empregos das indústrias de exploração de hidrocarbonetos, ao passo que os segundos são empregos que contribuem para o lucro, em paralelismo com os “oil jobs” - tanto que o líder do partido trabalhista do RU (Jeremy Corbyn) exigiu uma transição com dezenas de milhar de “green jobs”.

A campanha empregos para o clima tem 6 anos e as necessidades mais prementes são a mobilização, a clarificação contínua de quais são os “empregos para o clima” (energias renováveis, transportes), justiça climática, impedir a prospeção no Ártico e a exigência empregos para o clima (100.000 na Noruega).

Sean Sweeney mencionou que **apesar das várias vitórias que, globalmente, foram atingidas na luta contra os combustíveis fósseis, a sua exploração e emissões de gases de efeito de estufa continuam a aumentar.** Com este aumento, aumentam também os protestos. **É necessário quebrar a dependência dos combustíveis fósseis e é necessário tomar decisões difíceis.** Opomo-nos a muitas coisas, mas ninguém é contra a eletricidade. Existe consenso científico sobre as energias renováveis não serem suficientes para suprimir as necessidades energéticas actuais. É necessária a redução de necessidades energéticas, mas também se colocam outras hipóteses, como o aumento da energia nuclear. O IPCC diz que são necessárias mudanças sem precedentes para limitar as necessidades energéticas e chegar em 2050 aos níveis de 2010: 350 ppm de CO₂ eq. na atmosfera. Estas mudanças terão de existir a nível de crescimento, exploração e consumo. **É necessária tecnologia para limitar e captar emissões de CO₂** para a atmosfera. Exigimos que os líderes nos coloquem no caminho das baixas emissões de carbono.

O socialismo diz que é inútil ter vontade política porque os líderes não sabem como deter as emissões, pois vivem subjugados pelas normas do capitalismo. Não podemos acomodar-nos ao capitalismo, porque a proteção do clima não é compatível com o capitalismo. **Os sindicatos são aliados nos movimentos sociais, apoio fundamental dos empregos para o clima e para uma nova democracia energética, criando empregos que promovam a redução de CO₂.**

Sean **defende uma aplicação ao clima de uma abordagem de bem público, já que as emissões afetam todos, sem**

fronteiras, e atingem primeiro e mais depressa os pobres. Já a redução de emissões beneficia todos. É necessária a rejeição do sector privado e a libertação da ideia de lucro. Em 2012 a Costa Rica devolveu parte das energias ao domínio público, com um programa de promoção da geração de energia pelos próprios consumidores. Na África do Sul surgiu uma proposta de propriedade social dos serviços públicos. No Reino Unido, o Labour Party de Corbyn adotou a defesa de uma [“revolução de empregos verdes”](#) e devolução da energia à propriedade pública como compromissos e alternativa ao modelo de mercado que tem falhado com o Acordo de Paris. Bernie Sanders tem projeto para 2035 com sindicatos e movimentos sociais, mas a existência de um novo presidente americano mobilizado para as alterações climáticas é uma hipótese remota. Em suma, **defende a necessidade de limitar que os ricos utilizem o planeta como o seu recreio.**

Ana Mourão reforça que **não são os líderes políticos que vão resolver o problema e que os mercados vão apenas bloquear a solução.** O governo português avançou com uma proposta de redução de emissões até 2030 de 10 a 20%, mas é necessário reduzir de 60 a 70%. **Somos nós que temos de resolver a questão, temos de ter uma atitude proativa em vez de reativa, rejeitar o *status quo*** e fazer o que precisa de ser feito: converter a produção elétrica para fontes renováveis, estabelecer alternativas reais nos transportes públicos, eletrificar os meios de transporte, isolar e climatizar as casas e edifícios com energias renováveis, reduzir o consumo energético da indústria, parar os incêndios florestais, produzir

comida de forma local e sustentável. **Temos um objetivo e prazo muito ambiciosos, mas também temos um plano: Empregos para o Clima. Esta campanha visa criar um serviço nacional público do clima, seguro e estável, que assegure 100.000 novos postos de trabalho com o objetivo de descarbonizar Portugal.** Destes, cerca de $\frac{1}{3}$ de postos de trabalho dedicados à conversão de eletricidade para fontes renováveis (solar, eólica, ondas e marés); $\frac{1}{5}$ na rede de transportes públicos e coletivos para que sejam uma alternativa real ao carro individual; $\frac{1}{6}$ no isolamento de edifícios, para reduzir perdas térmicas e uso de energia na climatização; restantes postos de trabalho na produção alimentar e florestal, na formação, requalificação para novos empregos e reinserção nos vários sectores. **Ninguém devia ter de escolher entre ter um clima seguro e ter emprego.** Para concretizar uma mudança global precisamos de toda a gente. Em 2019 vamos colocar o plano na boca das pessoas e fazer crescer o movimento.

O debate entre assistência e oradores tocou vários pontos de interesse à discussão, alguns mais conceptuais e outros mais objetivos:

- Incompatibilidade da luta contra as alterações climáticas com o capitalismo.
- Necessidade de crescimento e industrialização nos países em vias de desenvolvimento.
- Como fazer a transição sem os partidos políticos, já que por exemplo em Portugal os partidos ‘socialistas’

deixaram de falar em socialismo?

- Representação política da classe operária e ideias anticapitalistas em partidos mais revolucionários - até onde podem ir na luta política?
- Como chegar à socialização da energia como bem comum?
- Como ultrapassar a rejeição da privatização da energia quando há regimes em que a liberdade e o emprego público estão condicionados à filiação política, como na Turquia?
- Conflito entre a geração de emprego e lesar o ambiente.
- Discutir todas as alternativas energéticas: o problema da energia nuclear, a impossibilidade de uma democracia nuclear, o problema dos resíduos - reflexão sobre as contradições.
- Papel de manifestações orgânicas na mudança social disruptiva da perspectiva do poder político.
- A coordenação da transição energética justa carece de planeamento a uma escala macro e incompatível com o sector privado, a nível de método (contabilização de quotas de emissões) e de criação de empregos, já que no sector privado é sabido que o móbil é o lucro.

***Development-as-usual?* Desafios no sul global**

Oradores:

- Josua Mata (SENTRO, Filipinas)
- Daniel Angelim (CSA-CSI, Brasil)
- Brian Ashley (Campanha Um Milhão de Empregos para o Clima, África do Sul)

Moderadora: Marie Fages (Climáximo, Portugal)

Relatora: Andreia Ferreira

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/05/development-as-usual-desafios-do-sul-global/>

Josua Mata aponta as **populações do Sul Global** como as **confrontadas com os maiores desafios: são as primeiras vítimas das Alterações Climáticas, bem como com maiores necessidades de desenvolvimento e energia, com mais crises de empregos e governos. Não é possível continuar com o capitalismo e a abordagem business-as-usual.** As Filipinas estão em luta contra uma ditadura. Duterte foi presidente de câmara de uma cidade durante 20 anos e durante esse período contaram-se 1.400 mortos, incluindo crianças, para “manter a paz”, e o mais preocupante é que em 2016 ganhou as eleições com um enorme nível de popularidade e 40% dos votos. Como

é possível eleger um ditador? Com a mobilização da raiva e do ódio por parte de um misógino e louco conhecido em alternativa a outros desconhecidos. Frustração, ansiedade e medo por parte dos trabalhadores, após um crescimento económico espectacular (2ª economia com crescimento mais rápido), sem qualquer benefício do mesmo (89% da riqueza retida por 200 famílias). Em dois anos e meio no poder, o regime de Duterte conta já com 20.000 mortos, “em nome da paz” e da “guerra contra o crime e a droga”.

É necessária organização na luta contra as alterações climáticas, é essencial para concretizar a mudança, mas como é possível esta organização, e manter esforços para trabalhar com outros grupos ambientalistas de forma organizada, com tão limitado espaço democrático nas Filipinas, em que existem listas de nomes de “pessoas e organizações de interesse” em posse dos militares e polícia? Tem de se recorrer a mecanismos de segurança usados no tempo da luta contra a ditadura de Marcos para fazer reuniões com outros grupos, sindicatos e associações de direitos humanos, mais coligações com movimentos sociais e grupos ambientalistas, “combatendo e receando o mesmo monstro”. “Se chatearmos e não resistirmos ele já ganhou.” Como convencer operários e imigrantes que votaram em Duterte que ele nunca foi a solução? **O problema nunca foi a droga e o crime, mas sim a pobreza, e o desenvolvimento reservado apenas para os ricos e não para os pobres. É preciso redefinir o que é o Desenvolvimento.**

No âmbito do Clean Air Act, Duterte disse que ia substituir meio milhão de condutores de mini-buses, que assim perdem o

emprego, porque os mini-buses são responsáveis por muitas emissões de CO2. **Como proceder a uma transição justa?** Porque deviam os trabalhadores sacrificar o seu emprego em prol do ar limpo de todos? **Não sabemos qual é a solução, mas temos de escutar as queixas e problemas das pessoas que sofrem nas comunidades, pois a luta ambiental e a mobilização dos trabalhadores só se faz relacionando os problemas do dia-a-dia.**

Daniel Angelim começa por recordar a passagem de 256 dias sobre o assassinato de Marielle Franco. De seguida, explicou a estrutura da Confederação Sindical das Américas, com várias centrais sindicais, frisando a diversidade de organizações ali integradas, umas muito progressistas e outras muito conservadoras. Apontou a dificuldade acrescida em representar trabalhadores de tantos países com realidades muito distintas nas mesmas políticas, o que resulta no enfraquecimento da representatividade dos trabalhadores e um cenário em que o sindicalismo é fraco e está disperso na luta pelo poder.

A luta ambiental da América Latina e Sul Global tem dois grandes desafios:

1. Transição Justa: principal proposta do movimento sindical. A inevitabilidade da transição é um pressuposto que não está em marcha. A grande preocupação é a justiça social. Evitar que os trabalhadores sofram as consequências é a principal reivindicação do movimento sindical, mas **nem o Acordo de Paris deixou definidos os instrumentos de participação no processo nem os movimentos sociais e**

sindicais têm força insuficiente para levar a cabo a transformação. Apesar de alguns membros da Coligação poderem advogar que estamos a começar a transição justa através de diálogo social entre governos, sector privado e sindicatos e trabalhadores, no contexto da América Latina e Caribe isso é irreal. Por exemplo no Brasil, não existem condições de sentar à mesma mesa os 3 eixos, há falta de confiança política no sector privado e o governo é ilegítimo.

2. Direito ao Desenvolvimento: os países em vias de desenvolvimento sentem que é a “sua vez” de apostar no desenvolvimento. É impossível chegar ao poder sendo opositor da exploração de petróleo, campos de soja, exploração de minério. A partir de 2008/2009, em consequência da crise económica global, o cenário começou a mudar na América Latina progressista que havia conquistado vitórias eleitorais. Golpes de estado nas Honduras, Paraguai, Argentina, Chile e Colômbia e a radicalização da política de direita significam uma diminuição da capacidade de diálogo e isto é um obstáculo à definição de uma agenda. Com a eleição de Bolsonaro no Brasil, avizinham-se retrocessos nas políticas sociais e laborais nunca antes vividos, mesmo na ditadura. **É necessário dar relevância política aos temas ambientais** (actualmente são considerados secundários). A posição sobre energia nuclear, por exemplo, pode decidir eleições. Finalmente, **Daniel considera que os momentos de ataque da direita ajudam a secundarizar o que os divide e a dar prioridade ao que os une: a solução é colectiva e colectivamente existe a capacidade de vencer.**

Brian Ashley refere **que foi a aliança entre o trabalho e os movimentos populares que derrotou o apartheid na África do Sul e que precisamos de uma aliança muito forte, mas esta aliança não vai surgir colocando o desafio aos movimentos de trabalhadores.** O debate deve colocar questões sérias para mobilizar estes movimentos e é **necessário colocar o sentido de urgência na transição social e económica.** Vinte e cinco anos após o fim do apartheid, a África do Sul é o país com maiores desigualdades no mundo. 10% da população detém 90% da riqueza, o nível de desemprego é de 40% e 55% da população ganha menos de 60€ mensais. O tecido social está em colapso. A cada 26 segundos uma mulher é violada. A cada 8 horas uma mulher é assassinada pelo parceiro. **O modelo de desenvolvimento económico é extractivista:** assenta na exploração de recursos naturais, em que a prioridade é dada a multinacionais. O novo presidente é engenheiro de minas, pretende explorar petróleo do sul do Sudão, é beneficiário das acções da Glencore. O congresso que liderou a libertação social tem alianças com a Goldman Sachs e Glencore, sendo também parte importante da aliança com os sindicatos, que na África do Sul são aliados dos projectos extractivistas (minério, carvão e petróleo), pois estão dependentes das circunstâncias económicas. O grande desinvestimento nas indústrias de exploração significou a perda de 1,2 milhões de empregos. **É urgente a ruptura com este modelo, mas a maioria dos sindicatos está presa ao paradigma do desenvolvimento, apesar do momento de crise sem perspectivas de resolução dos problemas sócio-económicos. Então, é necessário levar a luta para fora do local de trabalho através dos movimentos sociais.** A

expectativa de Brian é que a vanguarda da luta se centre em dois pontos:

- no acesso à terra, a defesa colectiva de recursos e do território contra a exploração, agronegócio e turismo, que é uma luta derivada da luta de classes

- nas mulheres, que levam a cabo o trabalho reprodutivo sem serviços sociais de apoio a idosos e crianças. É a sua militância que vai obrigar os sindicatos a imiscuirem-se na luta pela transição justa.

Q&A

- Movimentos dos trabalhadores são muito mais latos do que os sindicatos.

- A agenda para a transição tem de vir do sector público, já que os sindicatos do sector privado defendem qualquer promessa de criação de empregos.

- O sonho comunista morreu e a social-democracia está em morte lenta; ninguém quer regressar ao colonialismo, mas os sonhos morreram, já ninguém acredita.

- As nossas vidas não mudaram, só pioraram. Há que fazer o luto e reconstruir um novo mundo, com as pessoas que já temos, com igualdade e sem patrões no topo.

Eixo 4

Justiça Climática e Democracia Energética

Damos a volta ao mundo para discutir algumas das principais linhas da frente no combate a grandes projetos de combustíveis fósseis, quer nas suas fases de planeamento, quer nas suas fases de execução. A luta contra o caos climático também é uma luta pela justiça social, dirigida em muitos casos pelas populações indígenas e comunidades periféricas. Do lado das alternativas já em marcha, olhamos para casos reais e democráticos em vários níveis: do país à cidade, da empresa municipal à cooperativa.

O Resgate dos Combustíveis Fósseis

Nas linhas da frente da Justiça Climática

Transição e soberania energética

O Resgate dos Combustíveis Fósseis

Oradorxs:

- Alfons Pérez (Observatório de Dívida na Globalização, Espanha)
- Daniel Tanuro
- Frida Kieninger (Food & Water Europe, Europe)

Moderadora: Ana Rita Antunes (Zero, Portugal)

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/o-resgate-dos-combustiveis-fosseis/>

A urgência do corte radical nas emissões de gases com efeito de estufa à escala global tem sido vista pelas petrolíferas como a maior ameaça de sempre ao seu modelo de negócio. Depois de décadas de apoio ao negacionismo, as empresas de petróleo, gás e carvão estão a agarrar-se a todas as ferramentas possíveis para sobreviver, sempre com o apoio de governos coniventes. Desmascarar estas estratégias é essencial.

[resumo não disponível para este painel]

Nas linhas da frente da Justiça Climática

Oradorxs:

- LaDonna Bravebull Allard (Lakota, EUA)
- Nicole Oliveira (350.org Europa)
- Nnimmo Bassey (Nigéria)

Moderadora: Catarina Gomes (Linha Vermelha, Portugal)

Relatora: Ana Rita Antunes

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/nas-linhas-de-frente-da-justica-climatica/>

Esta sessão juntou dezenas de pessoas para ouvir as histórias dos três oradores que presenciaram lutas pela justiça climática e o que isso tem implicado para as suas vidas pessoais.

A moderadora Catarina pediu que começassem por abordar algumas das principais lutas no seu país de origem.

Nicole trouxe a expansão da indústria fóssil na Amazônia, em países como o Equador e a Bolívia. A campanha contra o fracking no Brasil e na Argentina em 2013, em que acções legais foram iniciadas, bem como uma consulta pública,

conjuntamente com uma agregação pública e formação em segurança, permitiram que a campanha se tornasse abrangente. Derivou por isso, que muitos estados do Brasil tivessem banido oficialmente o fracking.

La Donna começou por abordar de forma muito visceral e intensa, que no começo da sua luta no movimento Standing Rock, a primeira abordagem que tiveram foi falar com as crianças e depois com os anciãos, porque defende vigorosamente que todos deverão estar envolvidos, que ninguém deve ficar de fora e que todos têm o seu papel nisto. Os contextos como nos EUA e no Brasil, em que os governos não são amigáveis, não servem de desculpa para os cidadãos não agirem. E reforça esta ideia na existência de 200 acampamentos em zonas de extração de gás e petróleo, bem como um desinvestimento de 64 mil milhões de dólares: bancos, seguros (companhias que tinham dinheiro envolvido no Dakota Access Pipeline, ou noutros projetos). Apesar de controlarem os media, controlarem assim o mundo, temos que tomar esse controlo, porque implementam uma política de “dividir e conquistar”, que é uma estratégia militar. Nota que as indústrias extrativas estão agora a adotar estratégias do tipo militar para lidar com a resistência.

Nnimmo refere que vem da Nigéria, que caricatura como o país mais limpo do mundo, em que existem rios cobertos de óleo, devido à exploração da Shell e outras companhias, em que queimam poços de gás para escoar a produção, numa demonstração inolvidável de racismo e desperdício. Existem inúmeros campos de exploração de gás, pois existe investimento estrangeiro direto e está a espalhar-se por África,

com grande crescimento, pois os políticos ainda fazem publicidade aos seus países para atrair investimento. Acrescenta que cada poço de gás é um local de crime.

Depois desta introdução, a moderadora pediu aos oradores para que nos trouxessem lições-chave das campanhas e mobilizações, fossem falhas ou sucessos.

Nicole afirma que uma das lições que retirou foi que na sua experiência, **foram os governos de esquerda que abriram a porta para a indústria fóssil**, neste caso, na América Latina, em que a pobreza aumentou, devido a conflitos territoriais e desapropriações, em que esta indústria beneficiou 200 mil milhões em dólares de benefícios fiscais no Brasil. Deu o exemplo do presidente Mujica no Uruguai, que fingia ser pobre, ainda que fosse multimilionário e que tornou o fracking legal no país. Exemplos que demonstram *in loco* que o facto de os governos serem de esquerda, não implica necessariamente que adotem medidas diferentes. Estes partidos não estão a beneficiar o paradigma climático, dando espaço para que partidos mais radicais, com ideias e políticas fascistas assumam mais relevância no panorama político.

La Donna, antes de remeter a resposta à questão, pergunta a audiência como se mede o sucesso, o que isso significa. E responde que o sucesso significa o *empowerment* de si mesmo: “eles vêm-me agora”. Refere que neste aspecto do sucesso, não se pode confiar nos governos, dá o exemplo do Presidente Obama que advogou contra o movimento Standing Rock e apoiou corporações sem-lei, apesar de todas as suas promessas

de campanha. Um dos impactos locais da indústria favorecida foi o aumento explosivo do tráfico de droga, preço da alimentação e da habitação. Identifica que a nossa falha é sobretudo porque permitimos que isso aconteça, que qualquer pessoa neste momento tem as mãos sujas e banha-se em sangue.

Nnimmo diferencia que o sucesso nem sempre é tangível. Só o facto de se dizer “não!” é um imenso sucesso, porque se for um milhão a dizê-lo, então as propostas já começam a existir. Define também que sucesso também é sofrer e ser preso por desobediência civil, mas recuperar depois disso. Dizer “não” é uma alternativa, ser capaz de lutar contra a narrativa da indústria e política. E acima de tudo, quando se contraria a narrativa do paradigma da indústria e elites políticas, dizer o que se sente é a melhor forma, porque assim ninguém pode contrariar. Outros sucessos que recorda foram em 1996, quando a Oil Watch International inicia campanha moratória de 10 anos sobre a extração. Atualmente, o World Bank começa a falar em orçamentos de carbono e do movimento *Keep it in Ground*. Inclui também como sucesso, a solidariedade internacional e do apoio mútuo entre várias campanhas e de litigação legal, sobretudo em países onde se encontram as sedes das grandes petrolíferas (UK, Itália, Holanda).

Aproveitando este contexto, a moderadora questiona sobre a visão dos oradores sobre a cooperação internacional e regional na luta contra a indústria de carvão, petróleo e gás. **La Donna** refere o movimento de Standing Rock como uma série de sementes espalhadas pelas redes sociais, um ensinamento

proveniente dos mais novos. A cooperação é fundamental e natural, porque somos todos indígenas nesta Terra.

Já **Nicole** observa que **no Hemisfério Sul, as populações estão a atingir o limite da resistência, referindo assim que é fundamental e urgente que nós, europeus, nos envolvamos e aproveitemos as nossas liberdades individuais civis para nos manifestarmos**. Dá um exemplo muito paradigmático da importância da cooperação: a 350.org tem uma atividade de *role playing*, chamado “the village”, em que cada grupo projeta a aldeia dos seus sonhos, com todas as coisas que gostariam de ver realizadas. Após esta primeira parte, um dos moderadores pede para ver o resultado de cada grupo e “rasga” o projeto à frente dos participantes. O moderador começa a deturpar e explorar de forma negativa o projeto desenhado. Após a confiança traída do primeiro grupo, o segundo grupo já está relutante em aceitar o moderador e os seguintes grupos, negam-se. A moral desta história prende-se em algo que a oradora já vivenciou, em que as pessoas só acolhem a mudança (neste caso, a destruição) porque não têm conhecimento. E neste exercício notou que já era difícil para os grupos aceitar a destruição da sua aldeia ideal, pedindo-lhes para imaginar o que as populações sofrem, quando perdem o seu modo de vida, no mundo real.

A sessão terminou com alguns comentários por partes dos ouvintes, que estavam compassivos com as lutas vividas pelos oradores. **Nicole** acrescentou que é profundamente infeliz devido a toda a sua experiência, é seguida todos os dias, teve de sofrer o assassinato de colegas, e não lamenta trazer-nos

esse desconforto, pois, definitivamente, o seu objetivo é que todos se sintam desconfortáveis e isto os motive a agir. **La Donna**, apesar de os seus anos de sofrimento no movimento de Standing Rock, reforça a importância da comunidade, exemplificando que onde ela vive, não existem funerais familiares, mas sim de toda a comunidade, onde todos têm a oportunidade de se despedir. Termina com: **“o individualismo é a queda da Humanidade.”**

Transição e Soberania Energética

Oradorxs:

- Iñaki Barcena
- Alba del Campo (Por Cádiz Sí Se Puede, Espanha)
- Miguel Almeida
- Raphael Vale (Cooperativa Brasileira de Energia Renovável e Desenvolvimento Sustentável – COOBER, Brasil)

Moderador: Guilherme Luz

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/transicao-e-soberania-energetica/>

Dos países aos municípios, das cooperativas às empresas públicas, a transição energética participada e democrática é a única garantia de soberania energética, poder popular e cortes radicais de emissões de gases com efeito de estufa, garantindo energia acessível às populações por todo o mundo.

[resumo não disponível para este painel]

Eixo 5

Ecofeminismos

Criado o termo, o pensamento ecossocialista enfocou-as onde elas estavam desde há muito. Ecofeminismos: envolve significados, procura de explicações, caminhos para as lutas, faz história, desvela protagonistas e tece alianças. O Eco é político, é conosco.

Capitalismo, Colonialismo e Androcentrismo

Ecofeminismos, Conhecimento e Acção Política

Arte e intervenção Ecofeminista

Capitalismo, Colonialismo e Androcentrismo

Oradoras

- Amaranta Herrero (investigadora no GENØK - Centro Nacional de Biossegurança e Ecologia Genética - em Tromsø, Noruega)
- Federica Ravera (investigadora no CREAM - Centro de Pesquisas Ecológicas e Aplicações Florestais - em Barcelona)
- Elizabeth Peredo (psicóloga social, investigadora, escritora e activista da Bolívia)

Moderadora: Gaia Giuliani

Relatorxs: Natanael Salvan, Teresa Silva.

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/capitalismo-colonialismo-androcentricismo/>

FEDERICA RAVERA propõe, a partir da análise ecofeminista, um novo paradigma epistemológico do estudo das alterações climáticas ao pôr em causa a produção neoliberal de conhecimento sobre as mesmas, que é feita sobretudo nos países ocidentais por uma elite branca, masculina e de meia-idade, que construiu um discurso tecno-positivista, absoluto e universalizante. Esta produção de

conhecimento sobre as alterações climáticas tem **sido completamente despolitizada ao universalizar e homogeneizar as responsabilidades e impactos ambientais**, como se a totalidade dos seres humanos estivesse implicada no mesmo processo, ignorando propositalmente quem são os países que mais contribuem para este problema e quais aqueles que mais o sofrem - o Antropoceno é na verdade é um Capitaloceno (J.W. Moore). **Por outro lado, a dívida ecológica é uma dívida de género**, fruto das desigualdades de poder entre diferentes sujeitos, e a dominação da natureza é também uma dominação sobre as mulheres e uma dominação sexual, ou seja, um Patriarcaloceno / Faloceno.

As epistemologias feministas reivindicam a **necessidade de incluir conhecimentos diferentes, até agora silenciados pelo mainstream científico, de populações indígenas, das mulheres ou de outros grupos marginalizados** e de incluir na agenda das alterações climáticas a problemática de reflexividade , isto é, a aceitação de que todo o conhecimento é situado e contextualizado e que enquanto científicas temos de nos perguntar “ desde onde crio conhecimento” e integrar uma multitude de epistemologias, métodos, disciplinas, sensibilidades e de explorações, por exemplo através do corpo e dos sentidos. O corpo permite-nos reconectar com a terra e com o território e só assim se pode desenvolver uma ecojustiça multiespécies (D. Haraway). É, por isso, necessário criar uma nova comunidade de seres, contruir refúgios e simbioses, o que D. Haraway denomina de Chthuluceno.

A “mirada” ecofeminista possibilita igualmente um **novo paradigma ontológico ao recusar a categorização unitária**

de mulheres, reconhecendo que existem diferentes tipos de discriminação e intersecções de múltiplos eixos identitários, pondo assim em causa as noções comuns de vulnerabilidade e impacto desconectadas de uma análise de relações e desigualdades de poder.

Por fim, Federica, utilizando o conceito de C. Wichterich de TAMA (*there are many alternatives*) **propõe que se pensem em alternativas reais à cooptação neoliberal das questões ambientais** (*green economy, green growth, sustentabilidade development*, políticas de género no Banco Mundial) e que se **crie um tipo de conhecimento mais colectivo, mais comum**. Avança com três propostas: recentrar a importância da vida quotidiana (*everyday life*), reconquistar os commons (os bens comunais) e democratizar os cuidados nos espaços híbridos.

AMARANTA HERRERO explora a política dos cuidados e **propõe uma análise ecofeminista no campo das biotecnológicas**, pois estamos numa sociedade dividida em dois grupos com normas diferentes: o masculino, com valor e superioridade, e o feminino, desvalorizado e inferior, que deve desafiar esta era e acabar com o sexismo patriarcal. **É importante incluir no feminismo a luta das mulheres negras, índias e rurais**, para que todas estejam cientes do que é necessário para combater o patriarcado, ampliando assim a luta para outras áreas e partindo da premissa que somos seres interdependentes e seres ecodependentes.

Para a oradora vivemos num sistema de patriarcado capitalista e somos **criadas numa cultura que dificulta ter uma vida**

digna para todo o planeta, e que antropocentrismo e androcentrismo convergem. Esse sistema propaga a pecuária extensiva (a monocultura), e por isso é necessário assumir as alterações climáticas para combatê-lo. Entretanto, para entendê-lo é necessário compreender a dualidade das diferenças dos 2 grupos anteriormente citados, em que sempre há a supremacia de um sobre o outro.

A lógica do patriarcado capitalista é demonstrada, por exemplo, pela produção da pecuária onde o animal (fêmea) é "usado" como escrava com a única finalidade de procriar. No patriarcado, o uso dos animais também tem divisões de gênero, onde os machos são mortos ainda novos (pintinho, novilho, suínos) ou têm uma vida mais longa e não tão sofrida (gado de corte criado em pasto aberto), e as fêmeas (galinhas, vacas leiteiras e porcas parideiras) com uma vida longa, mas de alto sofrimento.

Qualquer política ecofeminista tem que abordar estes tópicos e saber modificar sistemas de dependências, tendo a preocupação com as mais vulneráveis.

ELIZABETH PEREDO BELTRÁN afirma que a lógica capitalista é um sistema de dominação que não respeita o planeta (ser vivo) e vê a necessidade de enormes alterações no mesmo. Elizabeth citou as cozinheiras anarquistas em La Paz que, inspiradas pela luta das argentinas que veem o patriarcado como instrumento de opressão, iniciaram um movimento feminista que representa as domésticas em todo o mundo. Este movimento logrou a construção de locais de

trabalho no país e desde 2004 conseguiu que o sindicato das domésticas implantasse o ecofeminismo entre as trabalhadoras.

Há a necessidade do antropoceno humanitário e compassivo, estando eternamente em dependência do ecossistema, e uma humanidade politizada a lutar contra a ditadura do capital (a oradora citou como exemplo o Black Friday, que ocorria naquele mesmo final de semana pelo mundo), **contra o feminicídio, contra a redução de espaço democrático** e a reformular as classes sociais considerando as migrações (que ocorrem devido às alterações climáticas).

Elizabeth afirma **que hoje se apresenta um fascismo idelizado no mundo**. Exemplo disto é quando políticos que vemos como ditadores, opressores dos Direitos Humanos são postos no poder através do voto, como foram Donald Trump e Jair Bolsonaro. Destaca a necessidade da **ruptura de conceitos do feminismo para reforçar a luta da construção do ecofeminismo**.

Na parte das perguntas, as autoras ainda tiveram oportunidade de discutir sobre a violência doméstica, emocional, afetiva e física; a violência contra pessoas LGBT; a política dos cuidados domésticos; as lutas que escolhemos, as prioridades e as causas. Também abordaram temas como políticas mais liberais, como mulheres ocuparem os lugares masculinos e assim atingirem a revalorização; o desalinhamento do capital em relação ao trabalho; a politização dos espaços; a percepção de interdependência e ecodependência; funções valiosas para a vida e autonomia das mulheres.

No debate, explicaram a diferença entre o ecofeminismo clássico/essencialista e o ecofeminismo construtivista; falaram da importância do antiespecismo (animalista), concordando ser essencial encontrar uma forma de uní-lo ao feminismo.

Por fim, terminaram referindo que antes a mulher estava destinada a ficar em casa, mas agora o seu lema é "passear tranquilas pelas montanhas". Essa divergência faz com seja de todo o interesse ouvir as diferentes vozes do feminismo ao invés de debater os conflitos internos.

Ecofeminismos, Conhecimento e Acção Política

Oradoras:

- Gea Piccardi (Centro de Estudos Sociais, Portugal)
- Irina Castro (Centro de Estudos Sociais, Portugal)

Moderadora: Paula Sequeiros (Climáximo)

Relatora: Teresa Silva

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/ecofeminismos-conhecimento-e-acao/>

GEA PICCARDI apresentou brevemente as **teses do ecofeminismo** materialista e socialista (Carolyn Merchant, Mary Mellor, Maria Mies, Vandana Shiva, Ariel Salleh) e de como este pensamento feminista, através de uma reavaliação crítica da teoria marxista androcêntrica cujo foco foi exclusivamente a produção, **estabeleceu uma relação entre a exploração ecológica e a exploração das mulheres e centrou a discussão na dialética entre produção e reprodução, fazendo desta última a categoria central da análise.**

O ecofeminismo materialista analisa igualmente de que forma a divisão sexual do trabalho, a nível interno, se transformou numa divisão internacional do trabalho aquando do momento

de expansão do capital, fazendo com que o **trabalho escravo e migrante seja condição indispensável para o desenvolvimento do chamado primeiro mundo** – não há trabalho assalariado sem trabalho reprodutivo e a manutenção desta lógica de produção só é possível a partir da expansão do trabalho reprodutivo para outras áreas, neste caso a exploração da natureza e de outros povos. **Genocídio, biocídio e ecocídio caminham sempre juntos.** O neoliberalismo é um novo período de acumulação primitiva do capital e de enclausuramento dos *commons*, o que constitui um ataque à reprodução da vida e ao corpo das mulheres.

Esta análise ecofeminista recebeu algumas críticas por parte de teóricas dos estudos descoloniais (Chandra Mohanty, por exemplo), sobretudo devido ao facto **de essencializar e universalizar a categoria de mulher**, reproduzindo uma interpretação heteronormativa e colonial do género, e excluindo assim todas as outras subjetividades possíveis; mas **também por não ter integrado uma crítica interseccional** que estabeleça a ligação entre raça, etnia, religião e meio-ambiente. Este olhar eurocêntrico, que pode causar violências epistémicas, não entende a ligação mulher-ambiente que provém das lutas subalternas, impedindo consequentemente a criação de alianças transversais, com diversos posicionamentos, que permitam a construção de práticas feministas ecológicas partilhadas, não apenas contra o capitalismo e o patriarcado, mas também contra o neocolonialismo.

O pensamento e críticas descoloniais indígenas têm de ser absorvidos pelo ecofeminismo materialista de forma a

radicalizar as suas próprias teorias e a questionar a sua matriz eurocêntrica. As propostas descoloniais recuperam a subversão dos conhecimentos e práticas das comunidades ancestrais indígenas e só através da ideia de comunalidade (Cristina Vega, Raquel Gutierrez Aguillar, Silvia Rivera Cusicanqui, Lorena Cabnal)) se pode entender a relação mulheres-natureza e construir ecologias e economias feministas alternativas, anticapitalistas e antipatriarcais, O gênero não pode ser separado das relações políticas de comunalidade. **A comunalidade, na qual o trabalho reprodutivo é socializado, e a produção comum de conhecimento são duas das estratégias de descolonização do feminismo propostas pelas feministas indígenas.**

Por fim, o feminismo indígena oferece ainda uma outra categoria crítica ao ecofeminismo materialista que é a relação entre o **“Território-Corpo e o Território Terra** (Lorena Cabnal), ambos sujeitos à mesma violência patriarcal. Esta relação é elemento essencial de qualquer prática política comunitária, uma vez que o humano e a natureza são um mesmo corpo interdependente.

IRINA CASTRO trouxe-nos uma **reflexão sobre a produção capitalista do conhecimento e da ciência, através do estudo de mulheres dissidentes em contexto científico**, sobretudo nos ramos da biologia, epigenética e teoria da evolução (Rachel Carson, Lynn Margoulis, Joan Roughgarden e Helena Alvarez Buylla). Os debates sobre ciência focam-se demasiado sobre os impactos da mesma e raramente sobre a sua produção no sistema capitalista e, como tal, a **dissidência é o lugar**

privilegiado para entendermos os mecanismos de coerção do capital sobre as formas de produção de conhecimento.

Tal como a própria produção epistemológica, também a dissidência científica tem sido sempre focada em homens e no seu trabalho, obliterando assim não só os novos conhecimentos construídos a partir da perspectiva de género, mas também uma nova história do conhecimento. **As mulheres dissidentes na ciência são quem tem feito a grande crítica à própria produção capitalista de conhecimento**, enquanto que a dissidência masculina se centra exclusivamente no conflito entre saberes académicos divergentes. As mulheres dissidentes promovem a expansão de uma justiça cognitiva e de uma **ciência que seja *response-able* (*response-ability*)**, ou seja, uma ciência cuja capacidade de resposta actue sobre problemas concretos da vida e construa novos conhecimentos capazes de dialogar com outras epistemologias que não apenas as ocidentais/brancas, modernas e tecnológicas. **Estas mulheres têm sido desacreditadas, diabolizadas e afastadas pelo mainstream científico.**

A dissidência científica feminina promove um modelo de produção de ciência que denuncia o colonialismo da ética capitalista, a misoginia e o racismo do algoritmo e a ocultação premeditada de outros conhecimentos. **Uma ciência anticapitalista tem de ser um estudo conjunto da ética, da ontologia e da epistemologia e das relações que se articulam entre seres humanos e não humanos na construção do mundo. Deve igualmente construir-se a partir da comunidade** e pôr finalmente de lado a ideia do génio cientista puro individual. Uma ciência socialista tem de ser uma

simbiose entre o pensamento ecológico e a crítica anticapitalista feminista materialista, pondo fim ao mito da natureza passiva e da técnica desassociada das condições políticas, sociais e materiais.

A construção de uma ciência alternativa anticapitalista não é um projeto utópico, ela já existe há muitas décadas, não é necessário recomeçar do zero – ela **já está a ser praticada por mulheres dissidentes**.

Questões:

- Porquê falar especificamente da dissidência feminina?
- O que significa "boa ciência" e "má ciência" e qual o verdadeiro alcance do método científico;
- Qual o problema dos organismos geneticamente modificados;
- O que é a ciência engajada? Esta existe?;
 - Qual a diferença entre mulheres que fazem ciência e ciência feminista;
- Feminismo e a produção colonialista da ciência e do conhecimento (necessidades das teorias contra-hegemónicas);
- Conexões entre patriarcado e capitalismo;
- Ligação entre extração e reprodução;
- O que podem ser tecnologias feministas;
- Como ensinar ecofeminismo e ecossocialismo nas escolas?

Arte e Intervenção Ecofeminista

Oradoras:

- Carla Cruz e Leonor Parda (artistas e investigadoras independentes, sedeadas a norte do Equador)
- Judite Canha Fernandes (escritora, performer, curadora do teatro do oprimido, feminista e representante da Europa no Comité Internacional da Marcha Mundial das Mulheres entre 2010 e 2016)
- Teena Pugliese (cineasta e activista digital que actualmente vive na Reserva Standing Rock, no Dakota do Norte)

Moderadora: Paula Sequeiros (Climáximo)

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/arte-e-intervencao-ecofeminista/>

Poder {ecofeminismos} artes e palavras.

Criação e subversão.

Dizer, performar, tomar a terra...

Quatro artistas apresentam e discutem a sua abordagem ao ecofeminismo através da arte, na sua pesquisa, nos seus processos de criação e de intervenção cultural.

Uma vez que se tratou de um painel performativo e dinâmico, não existe resumo do mesmo, mas fizemos um pequeno vídeo que replica a dinâmica desta sessão, que pode ser encontrado [aqui](#).

Fora dos Eixos: Hotspots Ecosocialistas

**Artivismo. Criatividade Estratégica para Mudança
Ecosocial**

**Abordagens Indígenas e Ocidentais para a Regeneração
dos Ecossistemas, Sociedade e Ser Humano**

A Armadilha do Gás: dos EUA à UE

Experiências Ecosocialistas no Mundo: um debate crítico

Artivismo: Criatividade Estratégica para Mudança Ecosocial

Anfitrião da Oficina:

- Kevin Buckland

Relatora: Marie Fages

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/criatividade-estrategica-para-mudanca-ecosocial/>

Este workshop participativo e dinâmico examinará algumas das intervenções mais criativas e eficazes do nosso tempo. Vamos concentrar-nos em como as ações foram usadas com sucesso para criar mudanças duradouras, reformular narrativas e abrir espaço para novas ideias. Também veremos uma diversidade de táticas criativas disponíveis, com o objetivo de inspirar todos os que participam com muitas novas ideias de maneiras de criar mudanças.

Uma vez que se tratou de um workshop interativo e dinâmico, não existe resumo do mesmo, mas fizemos um pequeno vídeo que replica a dinâmica desta sessão, que pode ser encontrado [aqui](#).

Abordagens Indígenas e Ocidentais para a Regeneração de Ecossistemas, Sociedade e Ser Humano

Oradorxs:

- LaDonna Bravebull Allard (Lakota, EUA)
- Elizabeth Peredo Beltrán
- Marina Nobre
- Martin Winiecki (Tamera, Portugal)

Relatora: Catarina Gomes (Linha Vermelha, Portugal)

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/abordagens-indigenas-e-ocidentais-para-a-regeneracao-de-ecossistemas-sociedade-e-ser-humano/>

Sabemos que a mera “sustentabilidade” não será suficiente para confrontar apropriadamente as alterações climáticas, o colapso de ecossistemas e a extinção das espécies. Embora seja necessário desmistificar a ilusão do “crescimento verde” e do “desenvolvimento sustentável”, esta sessão irá focar-se no potencial para a construção de uma sociedade regenerativa – uma mudança de sistema, da exploração da natureza para a cooperação com ela. Explorando filosofias e práticas regenerativas tanto em antigas tradições indígenas como em abordagens modernas ocidentais, os oradores partilharão sobre

a sua experiência em restauração de ciclos hidrológicos, ecossistemas e comunidades, e sobre a construção de movimentos para mudanças sociais eficazes.

Uma sessão de duas horas que abordou os desafios que as nossas sociedades enfrentam com sistemas dominantes e convencionais como o capitalismo, e também como os podemos enfrentar, por exemplo, através da regeneração (exemplo: de ecossistemas).

A lógica do capitalismo é a perpetuação do crescimento económico de forma exponencial. Desde 1968 a nossa economia local cresceu cerca de 34 vezes, dentro de um sistema global que é assassino do planeta Terra (extractivismo, destruição das florestas, exploração das pessoas, etc.).

Muitos afirmam que é possível ter crescimento verde e sustentável, no entanto **estamos agora numa fase em que efectivamente temos de escolher entre o capitalismo e a vida.** Capitalismo é exploração e crescimento, vida é criar condições para gerar mais vida, e regenerar, ou seja, cooperar com a vida e criar sistemas onde as diferentes formas de vida possam viver neste planeta.

LaDonna Bravebull Allard falou nesta sessão sobre como Standing Rock reage a esta realidade, e focou-se particularmente na religião, trauma e oração. Sendo uma nativa americana, ela não tem traumas com religião como pessoas de outras culturas têm. Em Standing Rock, música, oração e cerimónia são atividades de empoderamento, e não de trauma. Criam ajuntamentos de pessoas, centram-nas, e as orações vão

para a natureza. LaDonna defende que encontrar um ponto de cura, de regeneração, é crucial para a nossa sobrevivência. Afirma também que é contra o capitalismo, pois este individualiza as sociedades, removendo responsabilidade das pessoas e destruindo comunidades.

Elizabeth Peredo Beltrán falou dos direitos da mãe terra e de ética. O mundo está a enfrentar um desafio dantesco porque a vida está a ser destruída. **Todos os pilares da nossa vida são ensinados pelo capitalismo, cujo objetivo principal é retirar a vida de todos os elementos da natureza. Uma das reflexões mais importantes para nós, ecossocialistas, é criar uma cultura e uma visão da vida do dia-a-dia sem esta penetração do capitalismo.** Elizabeth falou da sua experiência na Bolívia e na América Latina, com a guerra da água. Em 2000, um momento onde o neoliberalismo era muito forte, começou uma vaga de privatizações na região. Tudo foi privatizado, mas quando chegou a vez da água, as pessoas acordaram, porque a água é vida. O capitalismo diz-nos que a água é uma mercadoria, mas a água é vida.

O capitalismo faz-nos esquecer a espiritualidade, as nossas raízes e ancestrais. O monoteísmo é um dos pilares principais do capitalismo. Porque é que as pessoas não criam países com base nas suas raízes e não do capitalismo? Por exemplo, na Bolívia fizeram uma nova constituição, e puseram a visão da reciprocidade com a mãe terra. No Equador têm uma carta global com os direitos da terra, e novamente na Bolívia têm uma carta com os direitos da água.

Marina Nobre afirmou que o Planeta Terra deveria ser chamado Planeta Água, e que não podemos restaurar a água sem florestas. Em vez de entrarmos em discussões eternas sobre os problemas, deveríamos estar concentrados em plantar árvores e em falar sobre soluções.

A Armadilha do Gás: dos EUA à UE

Oradorxs:

- Frida Kieninger (Food & Water Europe, Europa)
- Alfons Pérez (Observatório da Dívida na Globalização, Espanha)
- João Camargo (Climáximo, Portugal)
- Kevin Buckland (Gastivists, Europa)

Moderadora: Helena da Silva (Climáximo)

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/a-armadilha-do-gas-dos-eua-a-ue/>

A apresentação do gás natural como “combustível de transição” é a falácia utilizada pela indústria petrolífera e pelos petroestados para garantir a sua sobrevivência durante as próximas décadas. Para isso, têm contado com o apoio de governos como o russo, o americano e a União Europeia. A armadilha do gás quer prender-nos num rumo catastrófico, como vamos travá-la?

[resumo não disponível para este painel]

Experiências Ecosocialistas no Mundo: um debate crítico

Oradorxs:

- Elizabeth Peredo
- Matthias Schindler
- Öner Öztürk

Moderador: Sinan Eden (Climáximo)

Relatora: Andreia Ferreira

Mais informação sobre o painel:

<http://www.climaximo.pt/2018/12/09/experiencias-ecosocialistas-no-mundo-um-debate-critico/>

Respostas anti-capitalistas radicais à crise ecológica estão a surgir em todo o mundo através de movimentos populares. Já temos alguns casos em que tais propostas tiveram vitórias significativas na luta política. Apesar das limitações devidas ao imperialismo e aos mecanismos do mercado global, há muitas lições que podemos extrair de tais experiências. Neste painel, teremos uma visão crítica das experiências na Bolívia, Nicarágua e Curdistão.

Tentativas esporádicas de revolução: 1848, 1871 Paris e 1917, em que construímos o anteriormente inimaginado. Toda a história anti-capitalista ensinou que temos de abordar o

capitalismo em outras vertentes: *self-management*, *horizontal management*. A crise ambiental é uma ameaça à civilização como um todo.

Elizabeth Peredo

Não existem experiências ecossocialistas, apenas tentativas construídas ao longo do século passado e em dissidência do socialismo da URSS, etc.

Princípios básicos do ecossocialismo:

1. Filosofia. Militância à procura de reconciliação e respeito pela Natureza.
2. Internacionalismo.
3. Ecofeminismo - integra a problemática das opressões de género.

A Bolívia foi um exemplo da era progressista da América Latina, com um conjunto de rebeliões anti-neoliberais antes do ano 2000, e atualmente é um exemplo do fim do progressismo e regressão do investimento na luta, sendo que as mulheres viram este fim mais rapidamente. A esquerda não tinha clareza em vários pontos em que formou alianças e é muito importante refletir o que se permitiu na cultura política da militância a bem de manter as alianças e concordância. Há que pensar a democracia energética ou em relação à terra e natureza. A narrativa estatal boliviana tem uma liderança unipessoal, masculina, em formato patriarcal, e vê na natureza o valor capitalista extrativista (extrair bens e energia da natureza - fracking). Argentina tem fracking muito grande, concorrente

do petróleo.

“Direito ao Desenvolvimento” é sinónimo de extrativismo e foi o que o governo bolivariano fez com a extração de gás, petróleo, minério e terrenos para plantação de soja. 65% do orçamento para a energia e menos de 2% para prevenção do patriarcado e violência contra as mulheres. Ficaram ausentes da relação com o desenvolvimento a natureza e as mulheres.

Estado cresceu sete vezes, estado burguês e colonial, dinâmica perversa entre governo/ministérios e sindicatos. A esquerda permitiu este caldillo porque pensou que seria uma garantia, mas na verdade, o que o extrativismo consegue é a regeneração do capitalismo.

Matthias Schindler

A Nicarágua nada tem a ver com o ecosocialismo. Desde Abril que existem protestos a defender uma reserva, contra as reformas sociais do regime de Ortega-Murillo, e resultaram em 400 mortos, milhares de exilados na Costa Rica, mais de 500 presos políticos (torturados e violados) e pessoas desaparecidas. Não há nenhum processo contra algum paramilitar. Retaliações contra quem se solidarizou ou auxiliou manifestantes.

A política do regime repressor continua as linhas do extractivismo (ouro, óleo de palma, carne e café) e segue orientações neoliberais (exemplos são o projeto agora parado de um canal interoceânico ou o projeto mineiro de Rancho Grande). No passado, houve algum crescimento económico e

melhoria das condições de vida dos mais pobres; contudo, Ortega tornou-se multimilionário e centralizou os poderes (políticos, judiciais, polícia e exército) nele, recorrendo à manipulação de eleições, violação da Constituição, repressão de partidos e movimentos opositores e destituição de deputados. Como é que um revolucionário se tornou um ditador?

É necessário repensar a Revolução Sandinista de 1979, dela retirar os aspetos positivos e não repetir os erros. A Revolução Sandinista erigiu um regime com pluralismo político, com numerosos partidos políticos, eleições democráticas, organizações sindicais, liberdade religiosa, mas um poder muito autoritário e demasiado vertical. Importância dos métodos democráticos: um governo que reprime e tortura não é de esquerda. A libertação da humanidade não pode ser alcançada por meio de ditaduras de educação, mas unicamente através da mobilização consciente das massas oprimidas. O socialismo será democrático ou não será!

Öner Öztürk

O Curdistão era um dos estados do império Otomano e está hoje dividido em quatro partes nas fronteiras da Turquia, Iraque, Irão e Síria. As tentativas de assimilação dos curdos resultaram num ganho de consciência política e resistência. Em 1978 foi criado o PKK (Partido dos trabalhadores curdos), marxista. Nos anos 90, a repressão e tortura turca produziu um apoio popular ao PKK e o despoletar de um movimento curdo massivo. O movimento resiste há 40 anos, abandonou o projeto

independentista e adotou a luta pelos seus direitos e liberdades através de autonomia democrática. Inspirado no movimento feminista, criou espaços autónomos para as mulheres, produz a sua própria literatura e cinema.

Três tipos de oposição ao capitalismo globalizado: 1) rejeitar e derrubar o sistema (os curdos não têm poder para isto e têm problemas que não podem esperar pela queda do capitalismo); 2) abordagem reformista (normalmente transforma a oposição no sistema em vez de melhorar o sistema); 3) construção de uma vida alternativa apesar das imposições do sistema e utilizando as suas brechas e até oportunidades. A História não avança de forma linear. Os ecossistemas não suportam uma sociedade globalmente industrializada, pelo que não podemos esperar por uma classe operária industrial para salvar o mundo. No movimento curdo, a principal contradição é o patriarcado. Quando o homem aprendeu a oprimir e explorar as mulheres, passou a instrumentalizar outros homens, o solo e outros e animais em prol das suas necessidades, começou a ver-se como uma entidade superior à natureza. Uma relação baseada na força só pode ser mantida aumentando a exploração, pelo que os processos económicos são necessários para fortalecer e reproduzir a estrutura do poder. Nem o patriarcado nem a identidade são problemas secundários a serem resolvidos após uma revolução. A construção de uma sociedade alternativa só é possível através de uma luta coletiva cujos sujeitos principais são as mulheres e todos os indivíduos oprimidos.

A paz só é possível através do reconhecimento e defesa dos direitos e harmonia entre não só humanos, mas todas as espécies e mesmo seres não vivos. Isto não é uma utopia,

existem muitos exemplos urbanos e rurais de comunidades auto-suficientes, que vemos como fissuras no bloco capitalista, que podem proliferar e conectar-se a outras, derrubando a muralha - restarão apenas comunidades democraticamente confederadas em rede solidária e em harmonia com os ecossistemas. Como é que um movimento político pode transformar as sociedades em agentes iguais, autodeterminados e organizados horizontalmente? Exemplo do MEM (Movimento de Ecologia da Mesopotâmia), que contactou com sindicatos, ONGs e associações profissionais para participarem de assembleias, abertas também a participação individual. Foram criadas assembleias de bairro (corpo principal do movimento), organizadas para articular a colaboração com outros grupos da sociedade civil e que enviam delegados a assembleias distritais, formando o MEM como um todo. Uma vez formadas, todas as assembleias assumem autonomia, não há organização central ou conexão com um movimento político, não há hierarquia ou liderança, as decisões são tomadas por consenso. Comissões e assembleias têm co-representantes e ser co-porta-voz não significa mais poder ou autoridade, apenas mais responsabilidade. O primeiro congresso do MEM ocorreu em Abril de 2016. Desde então, organizou muitas actividades no Curdistão e na Turquia.

Debate com participação do público

- Papel do clima no extractivismo boliviano (carvão e minas). Integração com clima e Rússia a partir do governo Morales: endividamento significativo e convites directos a empresas chinesas para obras de infraestruturas, como barragens (vários

escândalos).

- Atividades extrativistas agudizam o patriarcado; como é que as associações integram identidades e culturas distintas? Populações minoritárias, sobretudo mulheres negras. Relação entre extrativismo e vítimas de violência, sobretudo nas zonas andinas (estudo Unicef), tradição da estrutura de gestão da água e agrícola. Cooperativas mineiras com muito pouca regulação ambiental, podem até desviar cursos de água para exploração mineira. Extractivismo destrói o tecido social.

- Profundidade da auto-crítica. A culpa não era de Hitler mas das pessoas que achavam que era necessário um Hitler. Níveis de consciência da sociedade: que formas políticas, exigências e passos estratégicos? Coletivos cristãos evangélicos que reforçam autoritarismo estatal e valores conservadores, nomeadamente sobre os direitos sobre o corpo da mulher (aborto, etc.). Alianças dos governos com sectores conservadores muito nocivas. Modelo de ciclo progressista ampliou a classe média consumista e conservadora. Processo de desproletarização - base social muito penetrada de ideologias de género e fascizóides. Maior perigo na América Latina.

- Canal Indo-oceânico representa investimento de 15 biliões de dólares. China muito presente na Nicarágua. Caldillo não é causado por baixa consciência, mas é o produto de baixa cultura democrática (em 10 anos de Sandinismo não houve um congresso), mas houve corrupção, manipulação de leis, violação da constituição e concentração de poderes em Ortega, que deu esmolas ao povo para se manter no poder.

- Qual o papel dos movimentos indígenas na Bolívia e na Nicarágua nos movimentos ecossocialistas e anti-capitalistas? Na Nicarágua toda a população se divide em contra ou a favor (os que receberam ou esperam alguma coisa em troca, como licenças de pesca) do regime de Ortega. É difícil ser-se oposição aberta, mesmo os sandinistas não-orteguistas. O governo diz-se progressista porque teve muito sucesso na energia eólica, por exemplo.

- Como se põe em prática, no MEM, a ideia anti-patriarcal? Conceito curdo é multicultural, multilíngua e feminista. Campanhas de apoio ao Curdistão. A descentralização é um dos tópicos mais importantes do movimento curdo. País sem estado formado com a liderança de mulheres (“Stateless country formed with leadership of women”). Luta constante contra o poder. Assembleias femininas em que as decisões tomadas são vinculativas para todo o movimento. Também há assembleias da juventude, de ecologia, etc. As assembleias femininas já estavam formadas aquando das assembleias de ecologia, pelo que desde logo foram enviadas duas delegadas. Estrutura pouco hierarquizada, em que dos 2 porta-vozes pelo menos uma tem de ser mulher, mas podem ser ambas. Não estão a tentar formar um estado mas sim uma sociedade sem estado. Movimento curdo não é estrito para curdos.